

## Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII

JUNIA FERREIRA FURTADO

Universidade Federal de Minas Gerais  
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

[juniaff@gmail.com](mailto:juniaff@gmail.com)

**Resumo:** Esse artigo discute a presença das mulheres escravas na mineração aurífera e diamantífera, na capitania de Minas Gerais, Brasil, durante o período colonial, entre a década de 1680, quando se dá a descoberta de ouro na região, e 1822, ano da independência do Brasil. Para tanto, utiliza documentação manuscrita e iconográfica dos séculos XVIII e XIX. Mulheres africanas escravas de todas as procedências que chegavam às Minas se envolveram na exploração de ouro e diamantes, sendo que, nos primeiros tempos, destacaram-se, entre elas, as oriundas da região da Costa da Mina, conhecidas como escravas “mina”, já acostumadas à mineração na África. Cativas foram essenciais em várias etapas do processo de exploração mineral: estiveram presentes e foram importantes para o reconhecimento dos locais mais propícios ao aparecimento do ouro, para o domínio das técnicas de exploração da aluvião no leito dos rios, e para o emprego das ferramentas apropriadas, sendo corresponsáveis pela transmigração da tecnologia africana de mineração que foi fartamente empregada na exploração mineral. Muitas mulheres forras continuaram a se envolver na mineração, algumas chegando a reunir algum pecúlio.

**Palavras-chave:** mulheres, mineração, Minas Gerais, escravas minas

**Recebido:** 10 de abril de 2020. **Aprovado:** 18 de junho de 2020.

## Os escravos e escravas minas

Em 1725, o governador do Rio de Janeiro Luís Vaia Monteiro afirmou que “as minas [de ouro e diamantes] é certo que se não podem cultivar senão com negros”. E acrescentou que “os negros minas são os de maior reputação para aquele trabalho”,<sup>1</sup> salientando a dependência que os mineradores experimentavam em relação a esses escravos. Quem seriam os minas?

No Brasil e, em particular nas Minas Gerais, onde as jazidas minerais foram descobertas, no contexto da escravidão, costumou-se atribuir aos africanos um etnônimo, que corresponderia à “nação” a que pertenciam. Essa denominação, atribuída no momento do batismo, podia se referir a uma tribo, um reino, uma religião, um povo, uma língua, um local de procedência, ou, no contexto do tráfico atlântico, o porto de embarque na África. O etnônimo mina refere-se a esse último caso pois deriva de “Costa da Mina”, região situada no nordeste da África, onde os portugueses construíram, em 1486, o castelo de São Jorge da Mina, ou Elmina, na atual Gana, onde chegaram em 1471. A Costa da Mina englobava um amplo espaço do que foi conhecido, até a construção do castelo, como a Costa da Guiné e, por essa razão, inicialmente, os primeiros escravos dali embarcados para a Bahia foram identificados como “negros da Guiné” ou “gentios da Guiné”.<sup>2</sup> Com o tempo a Guiné chegou a se referir a um alargado território da costa atlântica da África ocidental, que se estendia até o Congo e Angola. Porém, no século XVII, acabaram se definindo duas grandes áreas: a Costa da Mina ou da Guiné, situada a noroeste, de predomínio dos sudaneses, e o Congo/Angola, mais ao sul, região dos bantos/bantus. A depender do principal produto comercial de interesse dos portugueses, regiões específicas da Costa da Mina receberam denominações próprias, como a Costa do Ouro, onde se construiu o castelo e que, até 1640, raramente forneceu escravos para o tráfico atlântico, e a Costa dos Escravos, mais a oeste, situada junto ao Golfo do Benin.<sup>3</sup>

Após ter sido tomado pelos holandeses, em 1637, o castelo da Mina tornou-se importante ponto de embarque de escravos, mas esses geralmente eram capturados na Costa dos Escravos, negociado especialmente com os reinos de

---

<sup>1</sup> Cf. Sônia Queiroz, *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998), 29.

<sup>2</sup> Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), 39-52; Maria Inês Oliveira, “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”, *Afro-Ásia*, 19/20 (1997): 37-73.

<sup>3</sup> John Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2004), 20-25.

Ardra e do Daomé.<sup>4</sup> Esses cativos abasteciam o tráfico externo, cada vez mais disputado pela Inglaterra, Holanda e Portugal, e também o mercado interno, servindo, na Costa do Ouro, de carregadores no comércio entre os povos do litoral e os do interior, produtores de ouro.<sup>5</sup>

Perdido o castelo, os luso-brasileiros passaram a negociar cativos nessa região a partir de vários entrepostos menores, como Axenim,<sup>6</sup> ou Anomabu. E, a partir de fins do século XVII, com a desagregação dos reinos do interior, devido às guerras internas e, depois de 1695, com a expansão do império Ashanti (Axanti, ou Asante) pela conquista dos reinos Akyem, Akwamu, e Akan de Denkyira, a região começou a ser também fornecedora de escravos, capturados nos conflitos.<sup>7</sup> Nesse contexto, os africanos embarcados na Costa da Mina para suprir o tráfico atlântico, a partir do final do século XVII, eram oriundos de diversas áreas e reinos, tanto da Costa do Ouro, quanto da Costa dos Escravos, sendo heterogêneos nas etnias, nos costumes, nas crenças religiosas e no falar, ainda que a maioria de suas línguas derivasse do ramo *Gbe* (como o fon, o éwé (*Evegbe*) e o aja).<sup>8</sup> A denominação mina não se referia, portanto, a um único povo, mas abrangia vários subgrupos que embarcaram rumo ao Brasil, a partir dessa região em comum.<sup>9</sup>

Uma vez no Brasil, seja nos portos de desembarque – Rio de Janeiro e Salvador –, seja nas vilas e arraiais mineiros, esses escravos eram batizados. A generalização do etnônimo “mina” nesses registros, em detrimento de outros mais específicos, interpõe-se como dificuldade para que os pesquisadores possam individualizar, com mais precisão, suas regiões e seus costumes de origem. Waldemar de Almeida Barbosa, por exemplo, informa que, em Vila Rica, entre 1718 e 1720, os mina representam 35,8% dos

---

<sup>4</sup> Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 3ª. ed. (São Paulo: Editora Corrupio, 1987), 233; Soares, *Devotos da Cor*, 70, 82.

<sup>5</sup> Toby Green, *A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of Revolution* (Chicago: Chicago University Press, 2019), 108-114, 117-118. As moscas tsé-tsé impossibilitavam a criação de animais de carga.

<sup>6</sup> Desde 1650, usado pelos portugueses para traficar escravos, localizando-se entre o rio Sueiro e o Cabo de Santa Apolônia, também denominado Aximunz. José Antonio Caldas, “Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 57 (1931): 287-293.

<sup>7</sup> Green, *A fistful of shells*, 117-119.

<sup>8</sup> Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), 64.

<sup>9</sup> Enquanto no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a maioria desses escravos era chamada de mina, na Bahia recebiam uma variedade de nomes que correspondiam a sub-grupos locais, como jeje, nagô, etc.

registros de escravos realizados pela Câmara municipal, totalizando 187 indivíduos, seguidos dos benguela (104), congo (50), angola (37) e moçambique (29), todos referentes a regiões de embarque africanos.<sup>10</sup> Luna e Costa apontam a preferência “pelos sudaneses em geral e pelos ‘Mina’ em particular, no período de ascensão da lide exploratória”<sup>11</sup> e, como consequência desse afluxo, até por volta de 1750, os mina constituíam a maioria nos plantéis mineiros,<sup>12</sup> sendo que, “de 1711 a 1720, cerca de 60,2% dos escravos importados na capitania eram minas”.<sup>13</sup> Na Comarca do Rio das Velhas, por exemplo, entre 1713 e 1733, 60% dos africanos inventariados eram oriundos da Costa da Mina<sup>14</sup> e a maioria deles teve a “nação” mina registrada nos assentos de batismo e, em menor número, aparecem os couranos, cobus, ladanos, nagôs, sabarús, daomés, entre outros etnônimos que lhes foram atribuídos na capitania.<sup>15</sup>

Na capitania, os mina foram considerados trabalhadores mais eficientes e mais fortes do que os provenientes de outras regiões da África. Como atesta o cirurgião barbeiro Luís Gomes Ferreira, que atuou em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, escrevendo um tratado de Medicina intitulado *Erário Mineral*, eram também mais resistentes às doenças. Garantiu que “os de nação cobus e os angolas nas doenças são muito moles, e os de nação mina muito duros”.<sup>16</sup> Por essas razões, muitos proprietários

<sup>10</sup> Waldemar de A. Barbosa, *Os negros e quilombos em Minas Gerais* (Belo Horizonte: edição do autor, 1972), 9-10, 14. Encontra apenas um nagô, um nagôssa, um arda e, em outros documentos, referências aos mandingas, haussas e jêjes.

<sup>11</sup> Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa, *Minas Colonial: economia e sociedade* (São Paulo: Pioneira, 1992), 49.

<sup>12</sup> A. J. R. Russell-Wood, *The black man in slavery and freedom in colonial Brazil* (Nova York: St. Martin's Press, 1982), 113; Laird W. Bergad, *Slavery and demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 151.

<sup>13</sup> Maria Odila L. S. Dias, “Nos sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733”, em *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*, (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002), 1, 45-105.

<sup>14</sup> Raphael Santos e Carolina Corrêa. “A trajetória econômica da comarca do Rio das Velhas: um estudo das estruturas de posse de escravos e as relações com o mercado internacional de escravos (século XVIII)”, em *Escravidão, Mestiçagem e Histórias Comparadas*, coord. Eduardo F. Paiva; Isnara P. Ivo (São Paulo: Annablume, 2008), 289-304.

<sup>15</sup> Moacir Rodrigo de C. Maia, “O apadrinhamento de africanos em Minas Colonial: o (re)encontro africano nas Américas (Mariana, 1715-1750)”, *Revista Afro-Ásia*, 36 (2007): 47-8. O autor encontrou 12 etnônimos atribuídos aos oriundos da Costa da Mina nos registros de batismo em Mariana.

<sup>16</sup> Junia Ferreira Furtado, coord., *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002), 1, 280.



davam preferência a eles na hora de comprar um escravo.<sup>17</sup> Outro motivo é que alguns dos povos de onde se originavam na África já exploravam ouro, e, por conseguinte, dominavam suas técnicas de extração.<sup>18</sup> O predomínio dos mina também refletia a própria natureza do tráfico negreiro, já que, no século XVIII, ocorreu um aumento do número de cativos vindos dessa região entre os destinados à Bahia e ao Rio de Janeiro, importantes portos de chegada dos que eram reexportados para Minas Gerais.<sup>19</sup> Calcula-se que, nesse período, cerca de 40% dos escravos recém-chegados da África foram redirecionados para a área mineradora,<sup>20</sup> o que teria representado, segundo cálculos de Alexandre Vieira Ribeiro, uma média de cerca de 1.560 cativos por ano.<sup>21</sup> Só no biênio “1725 e 1727, cerca de 5.700 cativos entram, anualmente, no porto da cidade do Rio de Janeiro, procedentes da Costa da Mina e de Cabo Verde. Desses, 2.300 são transferidos em seguida para as Minas”;<sup>22</sup> a esses somam-se os que, em número cada vez um pouco menor, vêm da Bahia.<sup>23</sup>

No entanto, ao longo do século, os mina “diminuíram para 54,1% entre 1721 a 1730 e posteriormente para 34,2%, quando os bantus e angolenses passaram a vir em maior quantidade para a lavoura de abastecimento”, que se desenvolveu para alimentar a população que crescia em ritmo vertiginoso e era eminentemente urbana.<sup>24</sup> Mas essa tendência nem sempre foi constante e, “entre 1774-1793, houve uma diminuição brusca na proporção de escravos da África Centro-Occidental, que passaram a representar apenas 35% dos cativos inventariados, contra 63% da África Occidental”,<sup>25</sup> chegando esses últimos

---

<sup>17</sup> Russell-Wood, *The black man in slavery*, 113.

<sup>18</sup> Flávia Maria da Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações de ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)* (Belo Horizonte: UFMG, 2007), 69.

<sup>19</sup> <http://slavevoyages.org/assessment/estimates> (Acesso em 20/01/2018).

<sup>20</sup> Maurício Goulart, *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1975), 165. Junia Ferreira Furtado, “From Brazil’s central highlands to Africa’s ports: trans-Atlantic and continental trade connections in goods and slaves”. *Colonial Latin American Review*, 21:1 (April 2012): 127-160.

<sup>21</sup> Alexandre Vieira Ribeiro, *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680-c. 1830* (Rio de Janeiro: UFRJ, 2005), 195.

<sup>22</sup> Soares, *Devotos da Cor*, 77.

<sup>23</sup> Alexandre Vieira Ribeiro, “E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para Minas Gerais na segunda metade do século XVIII”, em *XII Seminário sobre a economia mineira* (Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2006), 1-15; Maurício Goulart, *Escravidão africana no Brasil*, 170.

<sup>24</sup> L. S. Dias, “Nos sertões do Rio das Velhas e das Gerais”, 45-105.

<sup>25</sup> Ribeiro, “E lá se vão para as minas”, 12-13.

principalmente pela Bahia.<sup>26</sup> Cálculos realizados para um intervalo mais amplo, de 1720 a 1888, também a partir de inventários *post-mortem*, apontam que 28,3% dos africanos eram de origem benguela, 23,9% angola, 10,7% congo e os mina, ao fim e ao cabo, teriam representado apenas 10,5% do total.<sup>27</sup>

De forma esmagadora, os cativos que entraram na capitania no século XVIII foram destinados à mineração. Entre 1760 e 1770, período identificado já como de declínio da faina aurífera, os escravos cujos senhores pagaram taxas para empregá-los nas lavras ainda representaram 93,1% do total. Porém, com a reorientação do tráfico, percebe-se que escravos das mais diversas procedências, e não apenas os mina, passaram a ser empregados nessa atividade,<sup>28</sup> como os bantos das regiões do Congo, Benguela e Angola, os cabindas, e os provenientes da costa Oriental, com destaque para os moçambique.<sup>29</sup> No Distrito Diamantino, do total de 72 registros de cativos adultos que tiveram etnônimos associados, batizados nas matrizes de Santo Antônio do Tejuco, Rio Manso, São Gonçalo do Rio Preto e Inhaí, para os períodos respectivos de 1740 a 1765,<sup>30</sup> 1749 e 1774,<sup>31</sup> 1775 e 1777,<sup>32</sup> e 1776 a 1786,<sup>33</sup> 64 deles, ou 88,9%, provêm da África Ocidental, sendo 30, ou 41,7%, identificados como mina. Os demais são referenciados como sabaru (9), nagô (7), coura (5), cobu (5), costa (3), e Dagomé [Daomé], ladá e malê, um cada. Apenas 5, ou 6,9%, são oriundos da região centro-ocidental e para 3, ou 4,2% não foi possível identificar a região de origem.<sup>34</sup> Ainda que os índices de

<sup>26</sup> Roberto B. Martins, *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX* (Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018), 548; Goulart, *Escravidão africana no Brasil*, 170; Ribeiro, “E lá se vão para as minas”, 7; Maria do Carmo S. Martins e Helenice Carvalho C. da Silva, “Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772”, em *XII Seminário sobre a economia mineira* (Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2006), 1-21.

<sup>27</sup> Bergad, *Slavery and demographic*, 151.

<sup>28</sup> Ribeiro, “E lá se vão para as minas”, 12-14.

<sup>29</sup> Moacir Rodrigo de Castro Maia, “‘À moda de sua terra’: identidade étnica e parentesco espiritual entre escravos couranos na Mariana setecentista (1715-1750)”, em *XII Seminário sobre a economia mineira* (Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2006), 8. O autor apresenta, em quadro, vários etnônimos que aparecem nos registros mineiros.

<sup>30</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (AEAD), caixa 297, Livro de Batizados do Tejuco (1740-1765), 1.

<sup>31</sup> AEAD, caixa 331, Livro de Batizados do Rio Manso (1760-1774), 4-72.

<sup>32</sup> AEAD, caixa 318, Livro de Batizados de São Gonçalo do Rio Preto, 8-13v.

<sup>33</sup> AEAD, caixa 317, Livro de Batizados de Inhaí (1772/1796), 9v-36v.

<sup>34</sup> Junia Ferreira Furtado, “Quem Nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco” em *Trabalho livre, trabalho escravo* –

africanidade tenham se mantido altos na capitania até o fim do tráfico atlântico,<sup>55</sup> os crioulos, como eram chamados em Minas Gerais os escravos nascidos no Brasil,<sup>56</sup> também trabalharam nas minas, à medida que cresciam em número.

As mulheres escravas, fossem africanas de várias “nações”, entre elas as mina, ou crioulas, embora geralmente mais associadas ao trabalho doméstico e ao de serviços, desde o princípio, estiveram ocupadas na faina mineral. É inquestionável que aparecem em número mais reduzido que os homens, o que também reflete os altos índices de masculinidade do tráfico negreiro. Mapear sua presença na mineração é o desafio que se procura alcançar, tirando-as da invisibilidade que as fontes, raras e imprecisas, as submeteram. Para tanto, busca-se identificar e revelar como se dava a sua presença nas lavras, começando pelo papel que desempenhavam nesse setor na África.

### A exploração de ouro na África Ocidental e Oriental

Conhecida pelos árabes como “País dos Negros”, a região localizada entre o sul do Saara e a costa noroeste da África abrigava um complexo de povos e sistemas políticos, com os quais, pelo menos desde o século VII, os primeiros realizavam trocas comerciais. Um dos produtos que buscavam na África negra era o ouro, de suma importância para suas transações econômicas, sendo transportado juntamente com outras mercadorias, nas caravanas mulçumanas que cruzavam o grande deserto em direção aos reinos mulçumanos da costa mediterrânica. Como exemplos de seu papel estratégico, desde o século VIII, a região de Gana é descrita nas crônicas árabes como o “país do ouro”, e foi a escassez desse metal de origem sudanesa que impulsionou o Marrocos, em 1591, a invadir o império Songay, que, entre os séculos XV e XVI, controlava o comércio de grande parte da África ocidental.<sup>57</sup>

---

*Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, coord. Junia Ferreira Furtado e Douglas Cole Libby (São Paulo: Editora Annablume, 2006): 223-250.

<sup>55</sup> Martins, *Crescendo em silêncio*, 142-154.

<sup>56</sup> Em Minas Gerais, aos escravos nascidos no Brasil acrescentava-se os designativos crioulo, para os filhos de dois negros africanos; pardo, ou mulato, para os mestiços, com um ascendente branco, geralmente o pai; ou cabra, para os índios e seus descendentes.

<sup>57</sup> Catherine Coquery-Vidrovitch, *L'Afrique des routes: histoire de la circulation des hommes, des richesses et des idées à travers le continent africain* (Paris: Musée du Quai Branly Jacques Chirac, 2017), 60-73.

Foi por meio dos árabes que, desde o período medieval, passou a chegar, da África subsaariana, a maior parte do ouro que circulou pela Europa e era também por eles que os europeus tiveram notícias dos povos e reinos dessa região. A partir de crônicas e relatos mulçumanos, a literatura e a cartografia europeia representaram o “país dos negros” associando-o a sua riqueza aurífera. O famoso *Atlas Catalão*, de 1375, anterior portanto à expansão marítima dos portugueses, desenha abaixo do Saara um rei negro, assentado num trono, portando em uma das mãos um cetro, na outra uma bola e, na cabeça, uma coroa, todos objetos em ouro. A atestar essa riqueza que a iconografia espelha, uma legenda informa que “esse senhor negro é chamado Musse Melly,<sup>38</sup> senhor dos negros da Guiné. Esse rei é o mais rico e o mais nobre senhor de toda essa parte pela abundância de ouro que se recolhe em sua terra”.<sup>39</sup> De forma mais precisa, o português Duarte Pacheco Pereira escreveu, em 1508, quando os lusos já haviam percorrido toda a costa ocidental africana, que, a Costa da Mina, um dos locais onde o ouro era encontrado, ficava a “duzentas léguas para além do Reino de Mandinga, [onde] encontra-se uma terra onde há muito ouro”<sup>40</sup>. É essa riqueza que os portugueses buscaram ter acesso por via marítima, de maneira a eliminar os intermediários árabes.

Ao atingir a Costa do Ouro pelo Atlântico, no terceiro quartel do século XV, os lusos comerciaram diretamente com os povos do litoral, que passaram a intermediar os negócios entre eles e os comerciantes Akan, que traziam o ouro dos reinos do interior, especialmente de Akyem, Akwamu, e Denkyira.<sup>41</sup> Também se explorava ouro “na região entre os rios Comoé e Volta; em Lobi (rio Volta Negro) e em Zamfara e Kangoma (norte da Nigéria)”.<sup>42</sup> Como os portugueses não tinham contato com esses povos, suas crônicas referem-se a eles de forma bastante vaga e não descrevem o processo de extração mineral que empregavam. Até fins do século XVIII, esse conhecimento pouco se aprofundara. Em 1796, quando o padre e naturalista brasileiro Cipriano Pires Sardinha passou pela Costa do Ouro, contou que, nas proximidades de

<sup>38</sup> Em 1324, o imperador mandinga do Mali, Mansa Musa, peregrinou até Meca, segundo a lenda, acompanhado de 10.000 súditos e muito ouro. Walter Cline, *Mining and metallurgy in Negro Africa* (Menasha, Wisconsin: George Banta Publishing Co., 1937), 11.

<sup>39</sup> Coquery-Vidrovitch, *L'Afrique des routes*, 83.

<sup>40</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis (1506-1508)* (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1955), II, V.

<sup>41</sup> Green, *A fistful of shells*, 300

<sup>42</sup> Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 69. Segundo Cline, os reinos que exploravam ouro na África Ocidental eram os Agni, Dagomba, Ashanti, Baoulé, Mandingo em Kamalia, Fula, e os povos de Fouta. Cline, *Mining and metallurgy in Negro Africa*, 13.



Axenim, os nativos portavam muitos adornos de ouro e acendiam fogueiras na praia para avisar aos tripulantes dos navios que queriam negociar. Ao trazer um deles a bordo, perguntou-lhe “como e de onde tiravam este ouro, ao que me satisfez dizendo que os negros de terra-dentro é que exerciam este trabalho, e que a eles mesmo era desconhecido o modo com que apuravam o ouro”. Sardinha registrou, desolado, que “pouco posso dizer a respeito do alborque do ouro, porque tal negócio é segredo de abelha”.<sup>43</sup> De fato, as grandes jazidas estavam situadas entre 40 a 200 milhas da costa, mas os povos do litoral também produziam algum ouro. Entre os últimos, eram as crianças que se ocupavam dessa atividade, passando horas quebrando pedras e bateando a areia de pequenos rios para encontrar ouro, que era, em seguida, empregado para comprar as mercadorias dos europeus.<sup>44</sup>

O holandês Olfert Dapper, em sua *Description de L’Afrique*, publicada originalmente, em 1668, em flamengo e, traduzida para o francês em 1686, é dos primeiros a descrever como se dava a produção do metal na Costa do Ouro, que aparecia na área montanhosa de florestas, no interior, ao norte do Castelo da Mina e ao sul de Kumasi, sendo explorado nas montanhas e nos rios da região.<sup>45</sup> No período das secas, quando as águas baixavam, as mulheres eram responsáveis por retirar as pepitas do leito fundo dos rios. No entanto, a imagem que ilustra essa seção do livro, intitulada *A recolha do ouro* (Figura 1), apresenta somente três mulheres envolvidas no processo de mineração e difíceis de serem reconhecidas (não se pode esquecer que os impressores europeus produziam suas gravuras mesclando informações orais e textuais dos viajantes, com o arsenal imagético oriundo da sua realidade próxima). A primeira delas acaba de emergir da água e traz na cabeça uma bacia (prato cônico) de madeira, carregada do cascalho que acabara de retirar do leito do rio, que será, em seguida, examinado pelos negros e negras que se postam na margem. A segunda está de pé exatamente nesse ponto e apresenta o produto de outra bacia para o que parece ser um feitor vestido à mourisca. A terceira, na extremidade direita da imagem, assentada ao lado da segunda, observa

<sup>43</sup> Junia Ferreira Furtado, “The journey home: a freed mulatto priest, Cipriano Pires Sardinha, and his religious mission”, em *Slaves and Religions in Graeco-Roman Antiquity and the modern Americas*, coord. Dick Gery, Stephen Hodgkinson (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012), 149-173.

<sup>44</sup> Green, *A fistful of shells*, 124.

<sup>45</sup> Ele se refere à mineração realizada nas províncias de Aboera, Quahoe Cammanah, Bonoe, Equea, Lataby, Acarady & Insoco. Olfert D.M. Dapper, *Description de l’Afrique contenant les noms, la situation e les confins de toutes ses parties, leurs rivières, leurs villes, & leurs habitations, leurs plantes & leurs animaux, les moeurs, les coutumes, la langue, les richesses, la religion & le gouvernement de ses peuples avec des cartes des États, des provinces & des villes...* Traduite du flamand. (Amsterdam: Wolfgang, Waesberge, Boom and van Someren, 1686), 290.

atentamente o conteúdo de um tipo de balde de madeira, que também contém cascalho, e que está sendo examinado para dele se retirar o ouro. As duas últimas vestem saias e apresentam seus dorsos nus. Dois mergulhadores, prestes a saltar no rio, estão completamente nus, o que permite perceber que são homens, destoando das informações contidas no texto sobre a predominância feminina nessa atividade.<sup>46</sup>



Figura 1: *A recolha do ouro*, Olfert Dapper, 1686

As representações imagética e textual que Dapper produz sobre as técnicas e os artefatos empregados na exploração mineral dos rios na África, ainda que filtrados pelo olhar europeu, permitem perceber que eram muito semelhantes às que foram, em seguida, adotadas em Minas Gerais. Segundo Pandiá Calógeras, nos primeiros tempos, “o mergulhador atirava-se no poço que queria explorar, com a bateia na mão; em chegando ao fundo, enchia-a rapidamente de cascalho e areia e voltava à superfície”.<sup>47</sup> Essa técnica foi chamada, na capitania, de “mergulho”, e não é improvável que tenha sido introduzida pelo(a)s africano(a)s, pois, por essa época, a exploração mineral na Europa e, especialmente, em Portugal, era realizada em minas subterrâneas.<sup>48</sup> A circulação desse conhecimento foi facilitada porque, em Minas, nos primeiros tempos, as jazidas de ouro e diamante também foram encontradas no aluvião, a primeira camada sedimentar do leito dos cursos

<sup>46</sup> Dapper, *Description de l'Afrique*, 293.

<sup>47</sup> João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação* (Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905), 1, 117.

<sup>48</sup> Suas técnicas e formas de exploração podem ser vistas em Georgius Agricola, *De re metallica* (Basileia: Froben, 1556).

d'água, mais fáceis de serem exploradas, sendo na África atividade das mulheres.

Dapper informa que essa não era a principal fonte de ouro e sim as minas, onde eram empregados os escravos reais, comprados no litoral das mãos dos holandeses. Tais minas não eram conhecidas por outros povos africanos, muito menos pelos estrangeiros, pois eram muito ciosos delas.<sup>49</sup> Percebe-se que as mulheres locais eram empregadas eventualmente na produção marginal de ouro, encontrado nos rios, e, para a produção de minas mais rentáveis, empregava-se escravos vindos do Golfo do Benin.

A partir de fins do século XVII, a região interior da Costa do Ouro passou por profundas transformações. Os antigos reinos se fragmentaram, fruto das guerras que explodiam, como as entre os Fetu e os Fante, habitantes do litoral, e entre os reinos de Akyem e Akwamu, no interior. Essa fragmentação permitiu a ascensão do império Ashanti, que se expandiu pela guerra, passando a monopolizar, por volta de 1750, a produção de ouro nas minas de Wassa, Twifo, Denkyira e Akyem Abuakwa, situadas mais ao sul. Para sua exploração, passou-se a empregar escravos reais capturados entre os povos que conquistava no entorno, como os acãs, adangbés e gás, ou adquiridos na costa, trazidos da região do Golfo do Benin, principalmente pelos comerciantes holandeses e ingleses.<sup>50</sup> Como resultado dessas transformações, no início do século XVIII, a região deixou de ser grande exportadora de ouro, para se dedicar ao comércio de escravos oriundos dos reinos conquistados pelos Ashanti. Sua inserção no mercado negreiro atlântico também foi incentivada pelo incremento das minas brasileiras, que pressionou a demanda por braços e fez drenar o ouro de Minas Gerais, com o qual esse reino adquiria as mercadorias europeias, inclusive as armas que garantiam sua superioridade militar sobre os demais do interior.<sup>51</sup>

Já no entorno do Golfo do Benin, “o ouro, por sua vez, era explorado na Senegâmbia, nas regiões de Bankuk (alto rio Senegal e rio Felemé), de Buré (alto rio Niger) e de Gabu (ao sul do Gâmbia, nos rios Geba e Corubal); na Alta Guiné (nos pequenos campos auríferos da Serra Leoa”.<sup>52</sup> Assim sendo, diferentes povos da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos possuíam conhecimentos de como produzir ouro, seja porque já o exploravam em seus reinos, seja porque trabalharam como escravos nas minas Ashanti. Por qualquer dessas razões, foram os preferidos pelos mineradores no Brasil.

---

<sup>49</sup> Dapper, *Description de l'Afrique*, 293.

<sup>50</sup> Green, *A fistful of shells*, 141, 298-300.

<sup>51</sup> Green, *A fistful of shells*, 142.

<sup>52</sup> Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 69.

Inicia-se, então, o que Verger intitula de Ciclo da Costa da Mina, quando, já “em 1685, é passado, na Bahia, um alvará para um pataxo comprar escravos na Costa da Mina. Em 1699, a Coroa portuguesa [finalmente] abre o comércio em seus portos da Mina”.<sup>53</sup> Confirmam a preferência dessa rota as 19 licenças concedidas, entre os anos de 1690 a 1693, para navios irem traficar escravos na Costa da Mina, contra, no mesmo período, apenas cinco para São Tomé e Angola, três só para São Tomé, uma para Ilha do Príncipe e Angola e uma somente para essa última ilha.<sup>54</sup> Isso ocorre também no Rio de Janeiro e, em 1703, o governador noticia que vão “há poucos anos, várias embarcações a resgatar escravos a Costa da Mina, o que até agora não faziam”.<sup>55</sup>

Mas não se pode esquecer que, desde o século XV, os portugueses também tinham acesso ao ouro produzido no leste da África<sup>56</sup> e que, a partir de fins do século XVII, essa região também passou por transformações. A reconstituição do império do Monomotapa, grande produtor de ouro, por volta de 1690, acarretou na destruição ou na interdição de inúmeras feiras por meio das quais os portugueses resgatavam o metal produzido no interior, que, em seguida, era exportado a partir de Moçambique, embarcado nas frotas da Carreira da Índia. A partir de então, os mercadores portugueses tiveram que contar com a intermediação de outras tribos africanas, principalmente dos comerciantes Swahili, que traziam as pepitas do chamado Grande Zimbabwe para serem comercializados na costa.<sup>57</sup>

João Julião da Silva descreveu, numa memória, o “modo com que tira[vam] e lavam o ouro” nas minas do Monomotapa, pois, segundo ele, o metal “se acha quase em toda parte” nos reinos conquistados pelo império. Conforme observara na década de 1770, os mineradores escavavam a terra com enxadas e, “numa gamela, o vão lavar e as lascas, ou pó que apanham guardam em peles. Também tiram a terra dos leitos dos rios e ribeiros, com uma enxada de cabo comprido e o lavam da mesma maneira”. Esses métodos de extração, como se verá, são em tudo semelhantes aos usados em Minas Gerais. Não é de se estranhar, então, que escravos dessa região também foram empregados na mineração em Minas Gerais. Interessante que, a seguir, Julião da Silva informa que, nas minas do Quiteve, “as mulheres, em tempo de internada, fazem o mesmo à borda dos ribeiros e regatos”, não se tratando de trabalho

---

<sup>53</sup> Soares, *Devotos da Cor*, 73.

<sup>54</sup> Barbosa, *Os negros e quilombos em Minas Gerais*, 11.

<sup>55</sup> Arquivo do Estado da Bahia, 7, 108. Verger, *Fluxo e Refluxo*, 58; Soares, *Devotos da Cor*, 73.

<sup>56</sup> Ivana P. de Oliveira Muscalu, “*Donde o ouro vem*”: uma história do Reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (São Paulo: Intermeios, 2015).

<sup>57</sup> Furtado, *Quebra cabeça africano* (no prelo); Green, *A fistful of shells*, 130.



regular, mas esporádico.<sup>58</sup> Essa observação revela que, da mesma forma que na Costa do Ouro, as mulheres eram empregadas na mineração do aluvião de pequenos cursos d'água, mais marginal e ocasional, mas que as tornavam mestras nas suas técnicas de exploração. Nos primórdios, os paulistas, habitantes da capitania de São Paulo, que foram os primeiros descobridores de ouro em Minas Gerais, como no Quiteve, começaram explorando os córregos e os riachos onde o volume de água era menor e os escravos africanos foram-lhes de grande valia.<sup>59</sup>

### Entre a fortuna e a técnica

Por explorarem ouro há muitos séculos, escravo(a)s africanos de diferentes procedências eram hábeis na mineração. É creditado a ele(a)s, especialmente aos mina, várias inovações que foram transplantadas para a capitania de Minas Gerais quando do *boom* aurífero e diamantífero, sendo as mulheres dessa região importantes elos na transferência de conhecimento pois, como revela Dapper, desempenhavam papel ativo na atividade.<sup>60</sup> Rastrear a forma como se deu essa transmissão é um desafio, especialmente quando se tenta conectar tais conhecimentos a um povo específico da região da Costa da Mina, pois as fontes se calam dos dois lados do Atlântico, agravadas, no caso de Minas Gerais, pela prevalência do etnônimo mina, inespecífico. Mas, algumas pistas podem ser encontradas na documentação.

Um manuscrito do século XVIII, afirma que “os Negros Minas, naturais dos reinos de Tombuo Bambui, são pela maior parte os melhores mineiros das minas de ouro do Brasil, e talvez que eles fossem os que ensinaram aos Portugueses daquelas minas o método grosseiro de tirar o ouro, de que ali se usa, como parece semelhança de um e outro método”,<sup>61</sup> referindo-se ao ouro retirado do aluvião dos rios. Em Minas Gerais, depois de explorarem os riachos, os paulistas passaram para os rios mais caudalosos, empregando os

---

<sup>58</sup> João Julião da Silva, Zacarias Herculano da Silva, Guilherme Ezequiel da Silva, *Memórias de Sofala*, coord. José F. Feliciano, Victor Hugo Nicolau (Lisboa: CNPCDP, 1998), 92-94.

<sup>59</sup> Agricola, *De re metallica*.

<sup>60</sup> Eduardo França Paiva, “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo”, em *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVII e XIX*, coord. Eduardo França Paiva e Carla Maria Junho Anastasia (São Paulo: Anna Blume, 2002), 187-205.

<sup>61</sup> Biblioteca Municipal do Porto, s.n. Julita Scarano, *Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978), 107; Soares, *Devotos da Cor*, 85-86.

mergulhadores escravos recém-chegados, até que novas técnicas de exploração, mais sofisticadas e caras, foram empregadas para secar a água. Um dos primeiros registros do uso do mergulho aparece no relato de um antigo morador da capitania, Bento Fernandes Furtado, filho de um sertanista paulista, que, por volta de 1750, escreveu uma *Notícia dos primeiros descobridores das minas de ouro*. Ele conta que os antigos mineradores fincavam estacas de pau no meio do rio, chamados cercos, para diminuir a correnteza de água e para que, assim, os escravos “pudessem mergulhar com as bateias e tirar debaixo da água [o] cascalho”, numa operação semelhante à descrita por Dapper realizada na Costa do Ouro. Essa técnica foi empregada “no ribeirão do Carmo, rio das Mortes e rio das Velhas, onde as principais descobertas de ouro ocorreram”.<sup>62</sup>

O padre, professor de filosofia e sócio correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa, José Manuel de Sequeira, em 1802, escreveu uma pequena Memória sobre a mineração no Brasil, na qual afirmou que “os métodos que conheço se praticaram nas Minas do ouro [...] são os mesmo que nos ensinaram os pretos da Costa do Ouro e os mesmos que se praticaram há 100 anos a esta parte”.<sup>63</sup> Ecoando essa informação, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, ao descrever como, em fins do século XVIII, era realizada a mineração na capitania de Mato Grosso, afirmou que “nada se fizera para melhorar os processos empregados em sua exploração, os mesmos que tinham trazido da África os pretos escravos”, introduzidos primeiramente em Minas Gerais.<sup>64</sup> Afirmção semelhante fez o barão de Eschwege, mineralogista prussiano que, em 1833, escreveu minucioso tratado sobre a mineração no Brasil, destacando que os primeiros exploradores de ouro, em Minas Gerais, aprenderam “com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que já na sua pátria se tinham

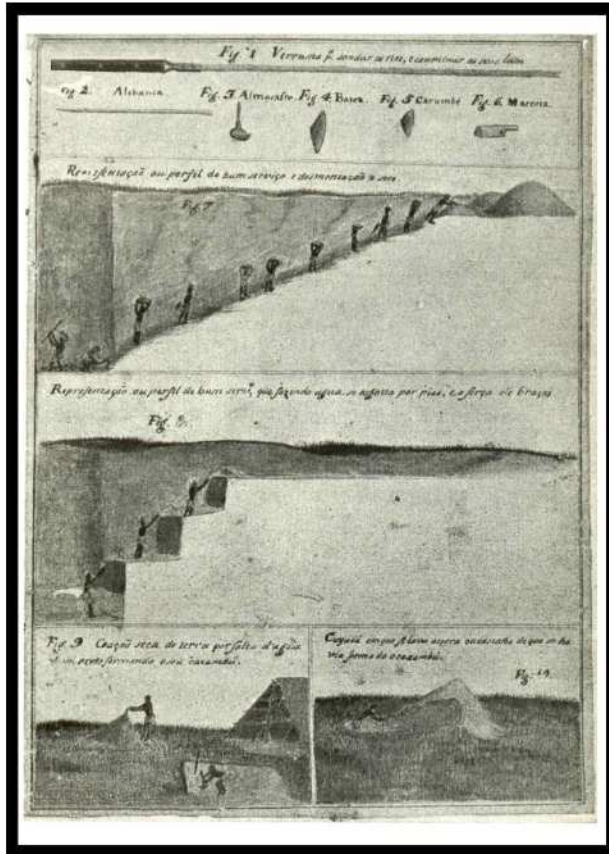
---

<sup>62</sup> Bento Fernandes Furtado, “Notícia dos primeiros descobridores das minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais” em *Códice Costa Matoso*, coord. Luciano Raposo Figueiredo e Maria Verônica Campos (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999), 1, 180 e 191.

<sup>63</sup> José Manuel de Sequeira, “Memória que José Manuel de Sequeira, presbítero secular, professor Real da Filosofia Racional e Moral da Vila do Cuiabá, acadêmico da Real Academia das Ciências de Lisboa, enviou a mesma Academia sobre a decadência atual das três capitanias de minas e os meios d’a reparar, no ano de 1802”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Monções* (Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945), 231.

<sup>64</sup> Holanda, *Monções*, 84.

ocupado com a lavagem do ouro, e de cuja experiência” logo tiraram proveito, assimilando seu conhecimento técnico e o adaptando às necessidades locais.<sup>65</sup>



**Figura 2:** Coação seca de terra por falta d'água [com] preto formando o seu 'caxambu' e Cuyacá em que se lavra a terra ou cascalho de que se havia formado o caxambu, José Manuel de Siqueira, 1802

Entre as contribuições africanas figura a *bateia* de madeira, prato redondo, “e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro”, mais resistente às intempéries – sol e chuva – e mais rápida e eficiente para separar o ouro e o diamante do cascalho em que vinham misturados, devido a seu formato mais raso e cônico, quando comparada aos pratos de estanho ou ferro comumente empregados pelos europeus.<sup>66</sup> Outra foi o uso das chamadas *canoas*, que eram dutos de água inclinados cavados “às margens dos rios e ribeirões, cujas águas podem ser desviadas, formando-se uma fossa retangular”, sendo o fundo

<sup>65</sup> Wilhelm L. Eschwege, *Pluto Brasiliensis* (Belo Horizonte: Itatiaia, [1833] 1979), 167-168.

<sup>66</sup> Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 1, 167-168.

“ligeiramente inclinado no sentido da corrente”, onde era estendido “um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em bateias”, técnica que pode ser visualizada na cena que aparece na frente da imagem da Figura 10. Segundo Eschwege, “esse lavadouro é tão simples, barato e cômodo, que um escravo pode prepara-lo em duas horas”<sup>67</sup> e, como mencionado por João Julião da Silva, as mulheres no Quiteve utilizavam couro para apurar “as lascas ou o pó”.

Outra novidade foi o *carumbé*, vocábulo identificado como sendo de matriz africana, ainda que alguns autores, como Nelson de Sena, o referenciem como indígena,<sup>68</sup> o que não é muito provável porque, até a chegada dos europeus, os nativos brasileiros não mineravam, diferentemente de seus congêneres latino americanos.<sup>69</sup> Eschwege descreve os carumbés como sendo vasilhas de madeira “igualmente de pouco fundo e arredondados como as bateias, com a diferença de que possuem somente palmo e meio de diâmetro”, servindo para o transporte do cascalho do lugar da extração (rio ou morros) para o local onde o ouro seria apurado.<sup>70</sup> Esse instrumento, mais apropriado para se levar à cabeça do que a bateia, pode ser visualizado claramente nas Figuras 5, 7 e 8, nos quais vários negros e negras carregam, em seus carumbés, o sedimento que retiram do leito do seco do rio, transportando-o para um local mais alto onde, com a ajuda da água canalizada em um duto, chamado *bicame*, será lavado para apurar o ouro.

Cabe mencionar ainda o *caxambu*, “palavra tirada da língua dos pretos da Costa da Mina que significa monte”.<sup>71</sup> Esse monte era formado pelo material resultante da fragmentação do minério de onde se extraía o ouro, disposto de forma que, “no topo, ficasse concentrada a areia mais fina e, em baixo, os fragmentos maiores que seriam de novo triturados”, de maneira a racionalizar a tarefa seguinte.<sup>72</sup> Por fim o *cuyacá*, termo que é “também tirado da língua dos mineiros pretos da Costa”, consistindo num método de lavagem dos sedimentos “batendo a terra com a mesma água enlodada e quando muito

<sup>67</sup> Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 1, 182, 167-168.

<sup>68</sup> Nelson de Sena, “Factos e casos da nossa língua no Brasil – ainda sobre africanismos occurentes na linguagem popular brasileira”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1 (1937): 306-307.

<sup>69</sup> Flávia Maria da Mata Reis, *Mineração colonial: métodos e técnicas de exploração do ouro (Minas Gerais, séc. XVIII)* (Belo Horizonte: UFMG, 2002), 43.

<sup>70</sup> O autor também afirma que o tipo de madeira empregado era distinto, sendo o jacarandá, mais duro e resistente, utilizado para produzir as bateias, e a gameleira e a figueira brava, mais leves e fáceis de ser empregadas, para os carumbés. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 1, 168 e 181-182.

<sup>71</sup> Sequeira, “Memória”, 230, nota 13.

<sup>72</sup> Mata Reis, *Mineração colonial*, 61.



grossa” de onde se retirou o sedimento no fundo do rio. Os escravos “esgotam o pequeno poço e lançam-lhe nova água a fim de continuar a lavagem”,<sup>73</sup> expediente para racionalizar o uso do líquido quando escasso. O *caxambu* e o *cuyacá* podem ser visualizados na parte inferior da Figura 2.

Por cerca de 10 anos, de 1731 a 1741, o português Antônio da Costa Peixoto recolheu palavras da língua geral Mina, comumente falada entre a escravaria de Vila Rica e compilou-as em um vocabulário prático, com o intuito de facilitar a comunicação entre senhores e escravos.<sup>74</sup> Tais dizeres revelam o universo cotidiano dos escravos, suas tarefas do dia a dia, suas condições de vida, etc. Entre elas figuram os principais instrumentos usados na exploração mineral, revelando que os mesmos já eram empregados na África. Em Fon, *gamthomé* significava as minas, *ali*, enxada ou *almocrafe*, “que é uma espécie de pequena enxada com que se cava e remexe a terra, para que, lançando-se na bateia, se apure, escolha e lave o ouro”;<sup>75</sup> *apàcou*, gamela ou bateia; *asicô*, machado; e *gampou*, alavanca,<sup>76</sup> que consiste numa vara de ferro “com uma ponta da feição de um cunho, e da outra parte bico”, que funciona para “abalar e tirar do seu lugar pedras, ou outras coisas de peso”.<sup>77</sup> A alavanca, o almocrafe, a bateia e o *carumbé* estão representados no alto da Figura 2.

Mas voltemos à fala do governador. De forma surpreendente, Vahia Monteiro não atribuiu a dependência que os mineiros adquiriram dos escravos mina por este domínio ou pela transferência das técnicas de exploração. Disse: “Eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos por feiticeiros, e têm introduzido o diabo, que só eles descobrem ouro, e pela mesma causa não há mineiro que se possa viver sem uma negra mina, dizendo que só com elas tem fortuna”,<sup>78</sup> destacando as artes mágicas como sendo essenciais ao sucesso do empreendimento mineral e associando-as à mulher africana. Ecoando a crença da importância dos sortilégios devido à imprevisibilidade da exploração aurífera, um observador anônimo, que viajou por Minas Gerais no período inicial do seu *boom* e cujo relato foi transcrito,

<sup>73</sup> Sequeira, “Memória”, 230, nota 14.

<sup>74</sup> Yeda Pessoa de Castro, *A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002); Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo, coord. *História social da língua nacional 2: diáspora africana* (Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2014).

<sup>75</sup> “Representação do secretário das Minas ao Rei, 1732”, Cf. Luciano Figueiredo, *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII* (Brasília: Edunb, 1993), 217.

<sup>76</sup> Castro, *A língua Mina-Jeje no Brasil*, 72-73 e 76.

<sup>77</sup> Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino* (Lisboa: Oficina de Thadeo Ferreira, 1712), 1, 209.

<sup>78</sup> Cf. Queiroz, *Pé preto no barro branco*, 29.

em 1711, pelo padre Antonil, adverte que “muitas vezes não dá com ouro quem mais cava, senão quem tem fortuna”.<sup>79</sup> Isto é, não raro, tratava-se mais de pura sorte e, entre as formas de atraí-la, segundo as crendices locais, constava ter uma escrava mina.

Em Minas Gerais, o ouro e o diamante começaram a ser explorados nos rios e o sucesso desses empreendimentos dependeu, em grande parte, da capacidade de identificar os locais do leito onde as jazidas fossem mais ricas. Tal qual no reino português, cuja legislação foi transplantada e adaptada para a colônia, o subsolo e seus produtos eram de propriedade régia, cabendo à Coroa regulamentar sua exploração. O *Regimento Mineral* de 1702 foi o primeiro a definir, oficialmente, como se daria a exploração aurífera em Minas Gerais, determinando que os ribeiros fossem divididos em datas ou lavras – a unidade de exploração mineral –, medindo cada uma 30 braças, ou 66 m<sup>2</sup>, cedidas aos particulares mediante o pagamento de taxas. O descobridor teria direito a duas, sendo o primeiro a escolhê-las, a primeira recebida como prêmio pela descoberta e a segunda como os demais mineradores. Em seguida, à Coroa era “concedida uma data na melhor paragem, de pinta<sup>80</sup> mais rica”, que depois seria vendida em leilão a qualquer particular que se interessasse. Finalmente, as restantes eram arrematadas pelos demais interessados, sendo que sua distribuição era feita por sorteio.<sup>81</sup> Essa prática foi replicada nas lavras diamantinas entre 1720 e 1734.<sup>82</sup>

No entanto, o destino do minerador não se encontrava de todo selado, pois era possível não só arrematar a lavra régia, como, em seguida, “pode também qualquer [um] vender ou trocar a sua data. O resultado era que “nisto se viram e veem a cada passo vários e diferentes sucessos, tirando uns mineiros de poucas braças muito ouro, e outros, de muitas, pouco”. A razão era “que se tem por jogu de bem ou mal afortunado, o tirar ou não tirar ouro das datas”.<sup>83</sup> Ou seja, restava contar com a sorte ou ser capaz de reconhecer os sinais que indicavam a riqueza da lavra, o que era essencial nesse complexo processo de trocas e barganhas. Para um e outro expediente, as negras mina eram de

---

<sup>79</sup> André João Antonil, “Modo de tirar o ouro das minas do Brasil e ribeiros delas, observado de quem nelas assistiu...”, em *Cultura e opulência do Brasil* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1982), 187-190.

<sup>80</sup> “Pinta era a medida usada para sondar a riqueza de uma jazida e era definida por bateada”. Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 90, nota 29.

<sup>81</sup> Mata Reis, *Mineração colonial*, 78.

<sup>82</sup> Para os sistemas de exploração diamantina ver Junia Ferreira Furtado, “O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas”, em *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, coord. Maria Efigênia Resende e Luís Carlos Villalta (Belo Horizonte: Autêntica, 2007), 1, 303-320.

<sup>83</sup> Antonil, “Modo de tirar o ouro das minas do Brasil”, 168.

grande valia, ou porque atraíam a sorte, ou porque detinham o conhecimento técnico para identificar as melhores lavras.

Apesar das crenças que se generalizaram nas Minas Gerais, a capacidade de identificar o potencial de uma lavra parece estar menos relacionada a qualquer tipo de sortilégio, que ao milenar conhecimento que os mineradores, especialmente os povos africanos, acumularam na exploração do ouro de aluvião em suas terras de origem, onde as mulheres estiveram numerosamente empregadas, seja na África ocidental, quanto na oriental. A reiteração de certos padrões bastava “para que os curiosos indagadores da natureza mais facilmente conheçam em suas experiências que terra e que ribeiros possam ter ou não ter ouro” e, como “em todos estes ribeiros pinta ouro com mais ou menos abundância”, entre “os sinais por onde se conhecerá se o têm são não terem areias brancas à borda da água, serão uns seixos miúdos e pedraria da mesma casta na margem de algumas pontas dos ribeiros”.<sup>84</sup> Nessa medida, observa-se que se tratava mais de experiência prática acumulada, especialmente pelas escravas, do que do emprego da feitiçaria africana.

### **A faiscação entre a África e o Brasil**

Ainda que cercada de credices, a fala do governador aponta para o papel pouco conhecido das mulheres escravas nas várias etapas do processo de exploração aurífera e diamantífera na capitania de Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. Atestando essa presença na capitania, em 1732, o então secretário de governo informa ao rei dom João V que, “nas minas do ouro, desde o seu princípio até o presente tempo, foi uso entre alguns moradores trazerem negras a faiscar ouro”.<sup>85</sup> O que significava faiscar? A faiscação, processo ilustrado na Figura 3, ocorria quando o(a)s escravo(a)s, enviado(a)s por seus senhores, “trabalham sem serviço certo e cada um responde por si”, “colhendo ouro sem destino certo, a maneira de provas, já em um, já em outro lugar”.<sup>86</sup> Faiscava-se em locais em que as datas não foram ainda distribuídas, pois o descoberto ainda não fora oficializado; ou onde as lavras eram muito pobres e não valia a pena leiloá-las; ou onde já se encontravam praticamente esgotadas, tendo sido abandonadas, ou, como se verá, em sistema de parceria nas lavras em atividade. Em geral, a faiscação se caracterizava pela flexibilização dos arranjos de trabalho, que era eventual e solitário, e pela

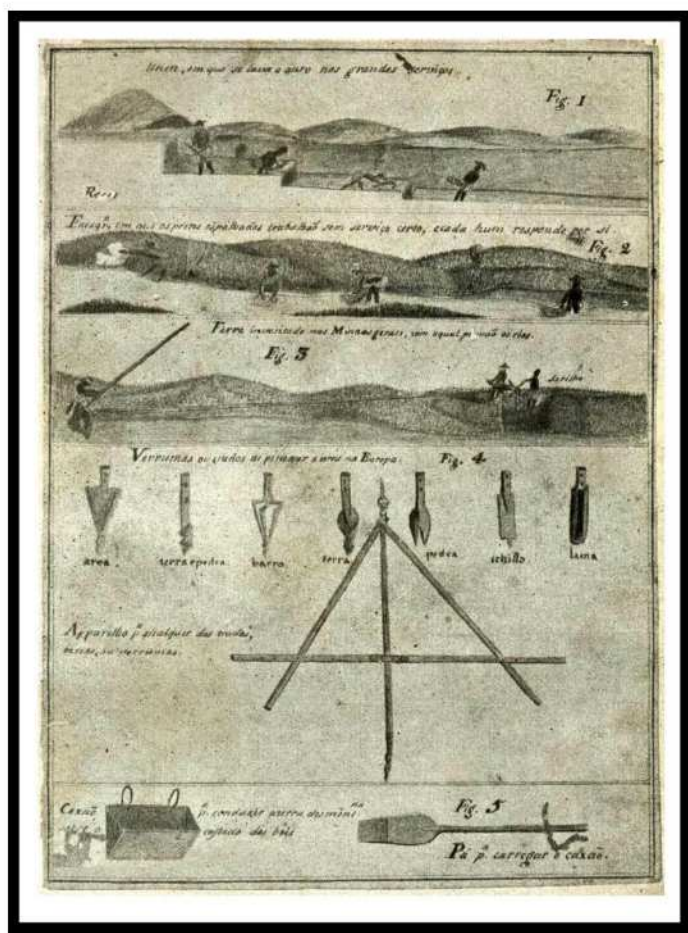
---

<sup>84</sup> Antonil, “Modo de tirar o ouro das minas do Brasil”, 187-188.

<sup>85</sup> “Representação do secretário das Minas”, 217.

<sup>86</sup> Sequeira, “Memória que José Manuel de Sequeira”, 231.

informalidade do local de exploração. Repetia-se, na capitania, outro padrão africano, pois, como dito, tanto na Costa do Ouro, quanto no Quiteve, conforme a descrição de Julião da Silva, eram as mulheres que realizavam a faiscação. Entre os Ashanti, elas “monopolizavam o trabalho de faiscação do ouro, desde a prospecção até o transporte do material recolhido, passando pela peneiração da lavra aurífera e pela lavagem das pepitas soltas”.<sup>87</sup> Com essa experiência pretérita, acumularam saberes ancestrais, entre eles, a habilidade tanto de prospectarem ouro de lavras pobres, quanto de identificarem as jazidas mais promissoras.



**Figura 3:** Faisqueira em que os pretos trabalham sem serviço certo e cada um responde por si, José Manuel de Siqueira, 1802

<sup>87</sup> Suzanne Preston Blier, *L'Art royal africain* (Paris: Flammarion, 1998), 139, Cf. Paiva, “Bateias, carumbés, tabuleiros”, 189.



O secretário conta ainda que essas faiscadoras trabalhavam distantes dos seus senhores, com independência e por conta própria. Em troca, eram obrigadas a entregar, semanalmente, a seus proprietários uma quantia previamente estipulada, o chamado *jornal*, “da mesma forma que se pratica com os negros faiscadores”. No entanto, queixava-se que “quase todas essas negras são mandadas por seus senhores ao dito exercício sem os instrumentos de faiscar, quais são a bateia e o almocrafe”.<sup>88</sup> Luciano Figueiredo compreende esse comentário como indício de que essas mulheres não se engajavam de fato na mineração, mas dedicavam-se, nas lavras, ao comércio de gêneros comestíveis ou à prostituição.<sup>89</sup> É bastante provável que alguns senhores se aproveitassem da faiscação, para, por meio de suas escravas, ter acesso indireto aos ganhos proporcionados pela mineração, fosse por métodos lícitos, como o comércio de produtos junto às lavras, ou ilícitos, a venda dos próprios corpos de suas escravas. Mas muitas delas se engajaram, de fato, na faiscação, remontando o papel que ocupavam nessa atividade desde a África, desvelando o domínio técnico que possuíam.

Lamentavelmente, as listas para o pagamento do imposto da capitação em Minas foram feitas apenas em nome do senhor, arrolando o número total de escravos e o valor respectivo do imposto pago.<sup>90</sup> Informações preciosas sobre os cativos atuantes nos primórdios da capitania permaneceram perdidas, como nome, “nação”, sexo, idade e atividade desempenhada, já que, apesar de ser um imposto sobre a atividade mineral, incidiu sobre os escravos e os forros de toda a capitania, além dos estabelecimentos comerciais. Tais informações seriam valiosas para reconstituir o papel das escravas e forras na transmissão do conhecimento que acumularam na faiscação na África.

Mas nem tudo foi perdido, para 1804, existe um recenseamento realizado em Vila Rica, que, a despeito de algumas lacunas,<sup>91</sup> apresenta um perfil bem completo da sua população livre, liberta e escrava.<sup>92</sup> Entre os moradores

---

<sup>88</sup> “Representação do secretário das Minas”, 217. O padre Sequeira também afirma que “este método é o próprio dos escravos que andam ao jornal” (Sequeira, “Memória que José Manuel de Sequeira”, 231).

<sup>89</sup> Figueiredo, *O avesso da memória*, 62-63.

<sup>90</sup> Como exemplo: Arquivo Público Mineiro (APM), Câmara Municipal de Sabará, CMS-002, Capitação de Escravos em Vila Rica..., 1720-1721.

<sup>91</sup> É o caso do conhecido naturalista Joaquim Veloso de Miranda que, como outros poucos, afirmou que já tinha fornecido a lista de seus escravos e “por isso não o dava” de novo. Herculano Gomes Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais, Vila Rica – 1804* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969), 96.

<sup>92</sup> Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*.

livres e libertos de cor, figuram 122 fiscadores e 59 mineiros, sendo, que, entre os primeiros, 42 são mulheres e, entre os segundos, elas totalizam 36, representando 34,4% e 61%, respectivamente. Vamos a elas.

<b>Quadro I</b>								
<b>Mulheres de Cor libertas arroladas como fiscadoras<sup>93</sup> (1804)</b>								
Local	Morros <sup>94</sup>		Distritos <sup>95</sup>		Centro <sup>96</sup>		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
crioula	13	31,0	14	33,3	1	2,4	28	66,7
mina	1	2,4	3	7,1	1	2,4	5	12,0*
parda	1	2,4	2	4,7	0	-	3	7,1
preta	2	4,7	0	-	0	-	2	4,7
angola	0	-	1	2,4	1	2,4	2	4,7*
cabra	1	2,4	0	-	0	-	1	2,4
benguela	0	-	0	-	1	2,4	1	2,4
TOTAL	18	42,9	20	47,5	4	9,6	42	100

Fonte: Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*. (\* por arredondamento)

<b>Quadro II</b>								
<b>Mulheres de Cor libertas arroladas como mineiras (1804)</b>								
Local	Morros		Distritos		Centro		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
crioula	3	8,6	19	54,3	0	0	22	62,9
parda	1	2,85	5	14,2 5	0	-	6	17,1
mina	3	8,6	2	5,7	0	-	5	14,3
angola	1	2,85	1	2,85	0	-	2	5,7
TOTAL	8	22,9	27	77,1	0	-	35	100

Fonte: Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*.

<sup>93</sup> Ou fiscadeiras, diferindo o termo conforme o recenseador responsável.

<sup>94</sup> Queimada, Jacutinga, Ouro Fino, Ouro Podre, Santa Ana, São João, Piedade, Caminho Novo, Lages, Ramos e São Sebastião.

<sup>95</sup> Cabeças, Padre Faria, Água Limpa, Taquaral e Alto da Cruz.

<sup>96</sup> Freguesias de Antônio Dias e Pilar.

<b>Quadro III</b>		
<b>Mulheres escravas arroladas na mineração ou faiscação (1804)</b>		
<b>Etnônimo</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
crioula	62	65,3
mina	12	12,6
angola	11	11,6
parda	3	3,2
cabra	3	3,2
benguela	2	2,1
preta	1	1,0
cabo verde	1	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>	<b>100</b>

Fonte: Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*.

As mineiras se distinguiam das faiscadoras porque as primeiras eram detentoras de lavras e empregam seus escravos na atividade. A análise dos Quadros I, II e III revela a inquestionável presença das mulheres de cor na mineração de ouro em Vila Rica, apesar do seu perfil ter se alterado desde o início do século anterior. Há, então, um predomínio das crioulas, tanto entre as faiscadoras (66,7% do total), quanto entre as mineiras (62,9% delas) e entre as escravas (65,3%), reflexo do aumento da reprodução interna dos cativos que ocorria na capitania, e, no caso das primeiras, do maior acesso delas, juntamente com as pardas, à alforria. Laird Bergad afirma que o crescimento dos cativos com base na reprodução interna ocorreu na comarca de Ouro Preto a partir das últimas décadas do século XVIII (1780 em diante).<sup>97</sup> Como resultado dessa tendência, as africanas representam apenas 23,8% das faiscadoras, 20% das mineradoras mas, no entanto, são 55,4% das escravas, o que revela que crioulas e pardas conseguiram ocupar o nível mais alto da atividade, representado pelas mineradoras, que possuíam capital para adquirir lavras e escravos, sendo atividade mais rentável, mas também dominaram a faiscação. As africanas aparecem em maioria somente entre as escravas, várias delas minerando nas lavras de seus senhora(a)s ou faiscando

<sup>97</sup> Laird W. Bergad, *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 129.

a seu mando. Elas se originam de várias partes da África, com destaque para as mina (12,6%) e angolas (11,6%). Observa-se por esses números que as africanas encontravam no centro aurífero da capitania mais dificuldades para alcançar a alforria e, uma vez libertas, para se reinserir na atividade mineradora, do que as nascidas no Brasil.

As faiscadoras (42) e as mineiras (35) de cor se concentram nas áreas periféricas da vila, representada pelos distritos, onde totalizavam 20 e 27, respectivamente, e pelos morros (são 18 e 8). Era onde se concentrava a atividade mineral e as condições de moradia eram mais baratas e acessíveis. Somente quatro faiscadoras residiam no centro, mas pouco se diferem dos homens de cor, que somavam 10 nessa área. Entre elas, figura Maria Dias, preta forra mina, que morava na casa do barbeiro crioulo Hilário Ribeiro e Maria Gomes, angola. Essa última possuía três escravas, sendo duas crioulas e uma angola, mas não foi registrada a ocupação das mesmas, provavelmente faiscavam junto com sua senhora. Não há registro de mineradoras vivendo no centro, mas ali residia a preta forra Felizarda Gonçalves, registrada como vendeira, que possuía um escravo, Jorge, de 14 anos, faiscando a seu mando. Grosso modo, no centro da urbe, se concentravam os homens brancos mineradores, que dominavam a atividade e, para tanto, possuíam plantel significativo de escravos distribuído em várias lavras. É o caso do sargento Gomes Ferreira, que possuía as suas na freguesia de Itatiaia, onde empregava três escravas, sendo duas crioulas e uma angola, além de três escravos homens, revelando que, como parece ter sido o costume, cativos de ambos os gêneros mineravam lado a lado em suas lavras.<sup>98</sup>

Entre as mulheres de cor forras e escravas, alguns exemplos personificam os números registrados nos quadros. A parda Josefa de Carvalho, de 58 anos, que vivia de minerar, residindo no distrito do Alto da Cruz, possuía apenas um escravo, João crioulo, e duas agregadas, Antônia, preta mina, e Thomazia, crioula, todos no domicílio empregados na atividade mineral. José Veloso Carmo Branco, solteiro, branco, que “vive de minerar com fábrica”, residente nas Cabeças, possuía vasto plantel de 103 escravos considerados maiores de idade, ou seja, aptos a trabalhar, os mais jovens com oito anos, a infância terminando aos sete. Entre seus cativos, figuram 40 mulheres, predominando as crioulas, num total de 30. As três cabras (com ascendência índia) que aparecem no Quadro III fazem parte desse plantel. No distrito de Antônio Faria, Água Limpa e Taquaral residiam as faiscadoras crioulas Antônia Varella e Maria da Silva. Antônia tinha cinco filhos, uma filha e um escravo, Pedro angola; já Maria possuía um filho e três filhas, todos os dois grupos

<sup>98</sup> Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*, 8, 35, 53, 82.

familiares empregados na faiscação, de modo a engrossar a renda, revelando as dificuldades da atividade. Indício da baixa rentabilidade da faiscação era o fato de Agostinha, crioula, que vivia no centro, morar como agregada na casa do pardo e sapateiro, Joaquim José de Santana. O recenseador deste distrito sabia bem a diferença entre faiscar e minerar. Nessa última atividade, arrolou as crioulas Tereza de Souza, Maria Gonçalves, Maria Alves, Micaela e Maria Borges, ainda que somente a última possuísse três escravos (Luiza mina, Antonio Angola e Liandra crioula) empregados na atividade. As demais valiam-se de seus familiares, registrados a viver da atividade das chefes do domicílio, que eram, certamente, proprietárias de lavras.<sup>99</sup>

### Mulheres escravas na iconografia da mineração

Luciano Figueiredo, Eduardo França Paiva e Flávia Mata Reis apontam, ainda que de forma breve, que a mineração figurou entre as atividades lícitas que as mulheres escravas se engajaram,<sup>100</sup> mas, em geral, o que prevaleceu foi o esquecimento da sua presença e isso ocorreu por diversos motivos. Entre eles, a incapacidade de cronistas e ilustradores que retrataram o dia a dia da mineração de observar as particularidades e a individualidade da mão de obra cativa, mais preocupados que estavam em descrever as técnicas de exploração. Esse apagamento pode ser visto no relato da descoberta dos diamantes, feito creditado a um Bernardo da Fonseca Lobo, homem branco livre, que, em 1729, oficialmente apresentou ao rei o que seriam as primeiras pedras descobertas. Na verdade, diamantes já vinham sendo explorados desde o começo dessa década e, a cada ano, atraíam mineradores para o arraial do Tejuco, em cujo entorno, especialmente no rio Jequitinhonha e seus tributários, se localizavam as ricas lavras.<sup>101</sup> Tudo indica, no entanto, que teria sido uma Violante, uma das muitas que faiscava ouro a serviço de seus senhores, quem primeiro, por curiosidade, quebrou uma pedra e dela viu surgir alguns diamantes.<sup>102</sup>

Para superar a relativa ausência de estudos sobre as mulheres escravas no cotidiano da mineração em Minas Gerais, nesse artigo, sua presença será

---

<sup>99</sup> Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*, 30, 119, 178-179, 186-187.

<sup>100</sup> Figueiredo, *O avesso da memória*, 187-191; Paiva, "Bateias, carumbés, tabuleiros", 190-205; Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 261-262.

<sup>101</sup> Junia Ferreira Furtado, *Homens de negócio, a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas* (São Paulo: Hucitec, 1999), 188-191.

<sup>102</sup> "Sobre o descobrimento dos diamantes na Comarca do Serro do Frio", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 7 (1902), 251. Cf. Figueiredo, *O avesso da memória*, 189.



revelada a partir do diálogo entre a documentação manuscrita e a iconográfica,<sup>103</sup> produzidas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, sobre a exploração de ouro e diamantes. Essas cativas foram fundamentais no reconhecimento das jazidas mais ricas, na transferência de técnicas e de ferramentas apropriadas para a exploração do aluvião dos rios e nas formas de apuração do ouro, sendo corresponsáveis pela transmigração desse conhecimento.

Começamos pelos diamantes. A representação das mulheres nas atividades de extração mineral é quase fugidia, aparecendo aqui e ali em imagens e documentos. Conforme as ordens régias, a partir de 1772, época das cenas que ilustram esse artigo, a extração das pedras passou a ser monopólio régio, tendo sido criada a Real Extração dos Diamantes, companhia que empregou um plantel imenso de cativos, variando em média entre 1.000 e 5.000, que eram alugados anualmente dos proprietários da região.<sup>104</sup> A documentação raramente revela o nome ou o sexo desses escravos, pois seu registro era feito em nome do(a) senhor(a). Mas não é o caso de Rita nagô – uma mulher mina portanto –, escrava de Anna Clara Freire, que, em vista da execução de uma dívida que essa proprietária contraía, passou a ser propriedade da Real Extração, sendo um dos raros cativos cujo nome aparece registrado na documentação, tratando-se de uma mulher!<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *A travessia da Calunga Grande* (São Paulo: Edusp, 2000), 300, 308, 324-325, 368, 439, 526, 471, e Antônio Gilberto Costa, Junia Ferreira Furtado, Friedrich E. Renger, Márcia Maria D. Santos, *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002), 101-109.

<sup>104</sup> Junia Ferreira Furtado, *O Livro da Capa Verde: regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração* (São Paulo: Annablume, 1996).

<sup>105</sup> Museu do Ouro (MO), Casa Borba Gato (CBG), Livros de Razão e balanço geral da administração de ouro. Diamantes, 1803, 31/12/1805.



**Figura 4:** *Escravos britadores de pedra para a extração de diamantes,*  
Carlos Julião, 1776

Outro indício da presença delas na lide mineral é o registro de várias escravas adultas sendo batizadas nas matrizes dos arraiais de Rio Manso e de São Gonçalo do Rio Preto, localizados no Distrito Diamantino,<sup>106</sup> ainda que em número bem mais reduzido que os homens. A atestar os índices de africanidade do tráfico negreiro destinado à região, do total de 119 registros de cativos adultos, batizados nas matrizes de Santo Antônio do Tejuco, Rio Manso, São Gonçalo do Rio Preto e Inhaí figuram apenas 14 mulheres, representando somente 10,8% do total.<sup>107</sup> Ainda que estes números sejam estabelecidos a partir de uma amostragem reduzida, referenda as altas taxas de masculinidade da população escrava africana recém-chegada. Nas proximidades do primeiro arraial, ficavam os rios Manso e Jequitinhonha, o primeiro afluente do segundo, em cujos leitos foi intensa e constante a

<sup>106</sup> Em 1734, a região produtora de diamantes foi demarcada e criada a Demarcação ou Distrito Diamantino, com administração própria encetada pela Intendência dos Diamantes. A exploração de ouro foi proibida nos ribeiros diamantíferos, podendo ocorrer apenas nos exclusivamente auríferos. Furtado, "O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas", 1, 309-314.

<sup>107</sup> Furtado, "Quem Nasce, quem chega", 223-250.

exploração diamantina. São Gonçalo, por sua vez, se localizava junto ao rio Preto, também tributário do Jequitinhonha, que recebia águas de vários outros córregos menores, todos ricos em diamantes. A *Carta topográfica das terras diamantinas*, produzida a pedido do marquês de Pombal por volta de 1772,<sup>108</sup> indica a intensa e constante mineração de diamantes no entorno desses dois arraiais. Por essa época, a Real Extração explorava dois serviços no rio Jequitinhonha, dois nas cabeceiras do Pardo, um no de São João, dois no Palmital, um no Mendanha, entre vários outros localizados nas imediações. A esmagadora maioria dos cativos adultos que chegava ao Distrito para trabalhar nas lavras da Real Extração era batizada nas suas igrejas matrizes e, em seguida, enviada para os serviços minerais das proximidades, ainda que a maioria dos proprietários residisse no arraial do Tejuco. É o caso, por exemplo, de Faustina, escrava do antigo contratador dos diamantes, João Fernandes de Oliveira, ou de Leocádia, cativa de José Correia Lima e de Thereza Maria de Jesus. Também chama a atenção o número de 28 escravas que aparecem como madrinhas nessas cerimônias. O batismo dos recém-chegados era momento ímpar para estabelecer alianças, espelhando os laços que seriam firmados. Desta forma, não é de se estranhar que essas mulheres fossem escolhidas para introduzir os escravos adultos na dura vida que então se iniciava, pois muitas delas eram ladinas, isto é, capazes de falar o português e de dominar um ofício, nesse caso a mineração, ofício a que eram destinado(a)s os recém-chegado(a)s.<sup>109</sup>

Vejamos a aquarela do engenheiro militar Carlos Julião que, em meados da década de 1770, retratou aspectos do dia a dia do Distrito Diamantino e da mineração de diamantes ali realizada, intitulada *Escravos britadores de pedra para a extração de diamantes* (Figura 4).<sup>110</sup> Nela, aparecem quatro escravos quebrando pedras transformando-as em cascalho de onde se apuravam diamantes e ouro, que também podia aparecer nas mesmas lavras. Na cena, duas mulheres escravas ocupam-se, juntamente com dois homens também cativos, dessa tarefa. Uma delas, de saia vermelha e blusa azul de botões, está assentada sobre uma grande pedra, segurando um cinzel ou ponteira de ferro, enquanto os dois escravos, um de cada lado seu, vestidos com seus calções,

<sup>108</sup> “Carta Topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, corgos (sic.) e lugares mais notáveis que nellas se contém. Para ver o Illmo. Senhor Marques, de Pombal do Conselho de Estado”, ca. 1770. O original pertence ao Arquivo do Exército, n. 06-01-1132, CEH 3189. Ver Costa (coord.), Furtado, Renger, Santos, *Cartografia das Minas Gerais*, 209.

<sup>109</sup> Furtado, “Quem Nasce, quem chega”, 223-250.

<sup>110</sup> Carlos Julião, *Riscos iluminados de figurinos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*, coord. Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960).

erguem seus marrões (marretas, ou martelos de ferro)<sup>111</sup> que, em seguida, alternadamente, serão batidos no cinzel que ela segura com as duas mãos. Esse trabalho ritmado e coordenado, aos poucos, quebra o enorme bloco de pedra. Na frente da cena, outra escrava, de saia azul e blusa vermelha, quebra e separa pedras menores munida de uma alavanca. No chão atrás dela, repousa um carumbé, aguardando para ser enchido com o produto do trabalho conjunto de mulheres e homens escravos. Posteriormente, o cascalho será peneirado e/ou lavado para separar o diamante e o ouro, tarefa que contava com a presença das escravas, o que está retratado em outras imagens que serão analisadas. Tanto os homens, quanto as mulheres têm aparência muito semelhante. Apresentam o cabelo curto e usam roupas nas mesmas cores, mas enquanto os primeiros estão de calção, as últimas vestem saias, o que só é possível observar pelo detalhamento com que a cena foi desenhada.



Figura 5: *Modo de minerar para se tirarem diamantes*, anônimo, 1775

Ainda que não seja o objetivo de seu autor desconhecido, a imagem *Modo de minerar para se tirarem diamantes* também revela o trabalho das mulheres escravas empregadas na mineração dos diamantes (Figura 5). Seu intuito é ilustrar a tecnologia, com destaque para a roda, chamada na região de *rosário*,<sup>112</sup> utilizada para esgotar a água do leito cada vez mais fundo dos rios.

<sup>111</sup> Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 137.

<sup>112</sup> “Nas Minas Gerais se tinha inventado a máquina hidráulica chamada roda de rosário, que é tocada pela corrente d’água”. José Manuel de Sequeira, “Memória

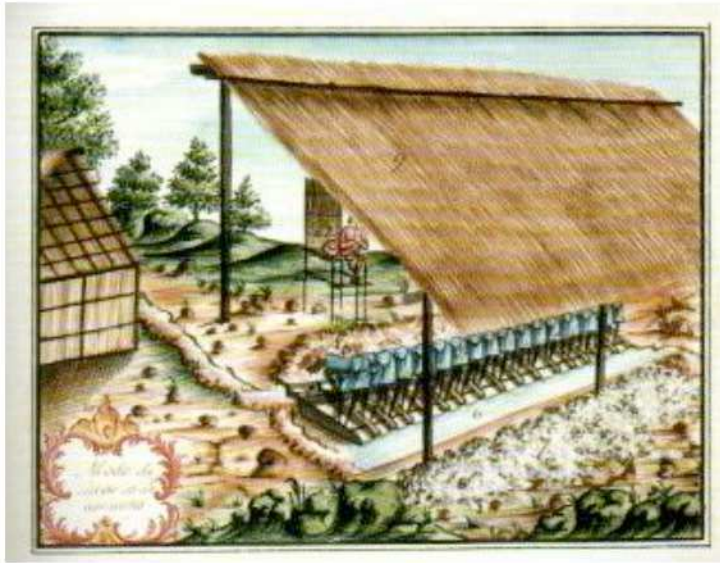
Essa técnica, muito cara, só foi introduzida na capitania depois de 1740, disseminando-se entre os mineradores mais ricos, o que gerou um novo *boom* mineral. Segundo Eschwege, apareceu pela primeira vez na exploração dos diamantes, como é o caso dessa imagem.<sup>115</sup> No serviço retratado, ela serve não só para esgotar o leito do rio, situado num patamar mais baixo, como para drenar a água, que depois será usada no processo de lavagem do cascalho, até uma canaleta, o bicame. No setor inferior, três escravos homens se revezam, cavando o leito para atingir o cascalho de pedra, onde o diamante era encontrado. Dois deles estão de pé, rompendo a terra com seus almocrafes ou alavancas, e o outro está abaixado, batendo sua enxada no duro solo. Uma mulher, postada junto ao barranco à direita, levanta seu carumbé carregado de sedimentos e o entrega para outra escrava que se abaixa, estando esta posicionada na parte elevada do terreno. Ela é a primeira de uma fila, composta de outras cinco escravas, que se revezam em carregar, em seus carumbés, os sedimentos que os homens retiraram do fundo do rio. O artista retratou essas mulheres em cada uma das seis posições diferentes possíveis de serem executadas durante a tarefa, como se fossem quadros imobilizados de um filme. Os sedimentos são carregados para o alto do morro, situado no fundo da cena, e são amontoados num caxambu, posicionado na frente da canaleta que corre por ali. Mais tarde, empregando essa água, será executada a lavagem do cascalho para se extrair o diamante, procedimento levado a cabo debaixo da cobertura de palha, situada no alto, na extrema direita da imagem. Ao fundo avistam-se os galpões da Real Extração, a maioria para abrigar o enorme plantel de escravos ali empregado. A calça dos dois feitores brancos, vestidos de vermelho, contrasta com o uniforme azul dos escravos, as mulheres estão de saias e os homens de calções curtos. Essa vestimenta é completada com um chapéu, tudo fornecido pela própria companhia régia. A elas é reservada uma tarefa menos pesada que a dos homens e menos especializada, restringindo-se a carregar os sedimentos nos carumbés, até a área onde serão depurados.

---

que José Manuel de Sequeira, 235. Sobre a história dessa invenção ver Mata Reis, *Mineração colonial*, 46-47.

<sup>115</sup> Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 1, 168.





**Figura 6:** *Modo de lavar os diamantes*, anônimo, 1775

A imagem *Modo de lavar os diamantes* (Figura 6) retrata o processo de lavagem dos diamantes debaixo da cobertura de palha ou sapé, conforme é anunciado na cena anterior. Nela, como em quase todas as da extração de diamantes, não é possível perceber se os escravos retratados na lide mineradora são homens ou mulheres. Em parte, isso ocorre porque os uniformes, calça ou saia, que a Real Extração fornecia, geralmente de cor azul ou vermelha, são muito semelhantes entre si. Além disso, ambos os sexos usam o cabelo sempre muito curto e, em várias delas, o chapéu encobre-lhes a face. Essa semelhança na aparência física entre os dois sexos, principalmente quando observados à distância, também ajuda a explicar a desatenção dos autores da época em relação à presença feminina na mineração. Essa dificuldade é evidente quando se observa a *Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Gequitinhonha* (sic), de 1803 (Figura 7). À distância, é praticamente impossível distinguir, ou mesmo representar, o sexo dos milhares de escravos que se movimentam na cena como formigas. Eduardo França Paiva acredita que a figura assentada em primeiro plano, fumando um cachimbo, é uma mulher.<sup>114</sup> Não me é possível compartilhar dessa certeza, mas certo é que mulheres escravas estavam presentes nos serviços diamantinos, ainda que em número mais reduzido, como apontam os números de batizados de africanas adultas citados.

<sup>114</sup> Eduardo França Paiva, “Iconografia colonial das Minas Gerais e do Peru: Para uma História comparada” *Portuguese Studies Review*, 18, 1 (2011): 68.





**Figura 7:** Detalhe e *Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Gequitinhonha*, anônimo, 1803

Esse descuido na representação distinta dos dois sexos é mais evidente em *Extração de Diamantes* (Figura 8), na qual Carlos Julião retrata as diversas operações ligadas à exploração de um furo, um tipo de mineração subterrânea, que penetra pela montanha, seguindo o veio de ouro ou de diamantes, também chamada mina de galeria. Muito instável, a entrada do furo é escorada em madeira. Alguns escravos quebram e outros moem pedras. Em meio à cena, um deles se abaixa para encher com elas um caixão de ferro, instrumento que pode ser visto na parte inferior da Figura 3, que servia para carregar pedras maiores e mais pesadas. A partir dele, uma fila de escravos com seus carumbés transporta os sedimentos menores para serem lavados. À esquerda da cena, o autor reproduz, em tamanho menor, a mesma imagem de escravos quebrando pedras que aparece na Figura 4. À distância, debaixo de uniformes muito parecidos, é impossível distinguir o sexo desses escravos, o que não se observa quando a mesma cena é desenhada em tamanho maior, o que permite detalhar suas saias.

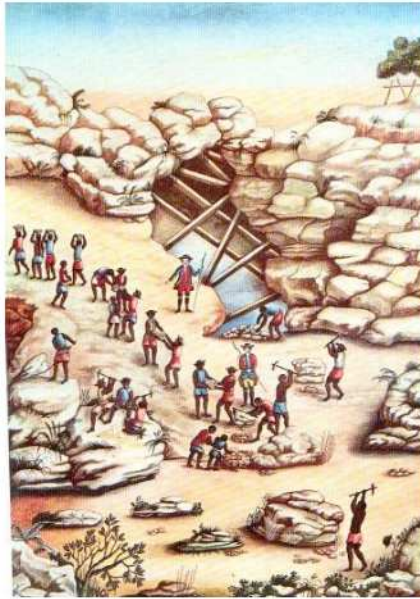


Figura 8: *Extração de Diamantes*, Carlos Julião, c. 1776

Também há presença feminina na mineração aurífera. É o caso do minerador João Álvares de Bragança, que tinha uma roda nas suas lavras de ouro, situadas na sua fazenda do Ribeirão do Turvo, próxima ao arraial de Piranga. Lá, empregava duas mulheres do total de 11 escravos que destinava ao serviço mineral, sem, no entanto, especificar quais tarefas realizavam.<sup>115</sup> A aquarela datada da década de 1780, intitulada *Modo como se extrai o ouro no Rio das Velhas e nas mais partes que à Rios*, de autor anônimo (Figura 9), tem como objetivo representar a técnica da roda na mineração do ouro. À esquerda da imagem, observa-se uma fila de escravos que se revezam para carregar, em seus carumbés, o sedimento retirado do leito do rio que, utilizando a parte da água drenada pelo bica-me, será posteriormente lavado para dele se extrair o ouro. Entre os cativos encontram-se várias mulheres, mas, nesse caso, os homens também estão empregados nessa mesma tarefa. Todos apresentam o torso nu, o que contrasta com o feitor, posicionado na extrema esquerda da cena, que veste uma camisa, porta seu chicote e tem seu cachorro repousando a seus pés. As mulheres vestem saias e os homens calções coloridos, de tecido de algodão grosseiro, o chamado “pano da costa”, tecido rústico que passou a ser fabricado manualmente em Minas Gerais, conforme a tradição africana trazida pelas cativas.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 262.

<sup>116</sup> Nas proximidades do Tejuco, uma das filhas da ex-escrava Chica da Silva, Rita Quitéria, produzia esse tipo de tecido e possuía “dois teares de tecer fustão e



**Figura 9:** *Modo como se extrai o ouro no Rio das Velhas e nas mais partes que à Rios, c.1780*

### Divisão sexual das tarefas

Voltemos às Figuras 4 e 5. Em ambas as cenas, diferentemente da Figura 9, se observa claramente a divisão sexual do trabalho que ocorria na mineração de diamantes e também na de ouro. Cabia aos homens as tarefas mais pesadas, arriscadas e difíceis, que exigiam força e potência física, e às mulheres as menos pesadas, mas que, em alguns casos, demandavam mais destreza e atenção. Assim, enquanto no *Modo como se extrai o ouro no Rio das Velhas*, homens e mulheres se revezam indistintamente carregando os sedimentos nos seus caxambus; em *Escravos britadores de pedra para a extração de diamantes*, os homens batem os martelos e as mulheres manejam a ponteira de ferro e a alavanca quebrando as pedras menores; e, em *Modo de minerar para se tirarem diamantes*, enquanto homens batem no solo duro do fundo do rio para dele retirar o cascalho, as mulheres carregam esses sedimentos até o caxambu. Nelas, como na África, as mulheres estão associadas ao carregamento de sedimentos e ao processo de quebra de pedras menores, a última tarefa desempenhada, no litoral da Costa do Ouro, inclusive por crianças; e os homens à quebra das rochas muito duras, que por vezes chegavam quase a inviabilizar a exploração da lavra.

---

gangas, um tear de tecer fatos, uma fábrica de cardar e fiar algodão e três rodas de fiar”, conforme seu inventário de 1808. Junia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito* (São Paulo, Companhia das Letras, 2003), 256.



O viajante francês, Auguste de Saint Hilaire, que viajou por Minas Gerais, entre 1818-1819 e 1822, foi um dos poucos naturalistas estrangeiros que descreveu essa divisão sexual do trabalho, a qual observou numa lavra de rio, chamada Santa Quitéria, situada nas proximidades da vila de São João del Rei. Registrou que, enquanto os homens “negros (...) abatiam a terra que se encontrava imediatamente por cima da porção do veio [de ouro] que se ia explorar, na espécie de atalho que se compreendia entre as duas partes separadas, as negras quebravam, com maços<sup>117</sup> [ie, martelos] de ferro, a terra de quartzito aurífero”.<sup>118</sup> Apesar de sua perspicácia, como os demais naturalistas-viajantes estrangeiros que passaram pela capitania, Saint Hilaire esteve mais preocupado em documentar a técnica de exploração aurífera empregada que, no caso narrado, consistia em cavar a terra, expondo o veio mineral, chamada de *talho* a céu aberto, do que em ressaltar a divisão sexual do trabalho que observou no local. Mas sua descrição revela que, na mineração do ouro, reinava a mesma lógica de dividir o trabalho que na dos diamantes: aos homens cabia o trabalho mais duro e mais arriscado de abrir o veio, pois não raro ocorriam muitos acidentes e soterramentos, e às mulheres o que exigia menos força e mais destreza, que, no caso, consiste em quebrar o quartzito, cuja dureza não é tão alta, principalmente quando há presença de mica misturada.

O Quadro 2 da Figura 2, intitulado *Representação ou perfil de um serviço e demonstração a seco* e a Figura 7, que ilustra o *Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro*, localizado no rio Jequitinhonha, revelam como as lavras ficavam profundas, circundadas por imensas paredes de terra, barro e pedra, que podiam desabar, gerando acidentes devastadores. O cirurgião Luís Gomes Ferreira atendeu muitos escravos vítimas de soterramentos, tanto em lavras de rios, quanto de morros. Numa feita, no arraial do Padre Faria, nas cercanias de Vila Rica, atendeu um escravo “o qual andando em uma mina ou estrada subterrânea, junto com outros tirando ouro, lhe caiu um grande pedaço do teto da mesma mina, que a terra e pedras o cobriram todo”. Em 1711, numa lavra nas cercanias da Vila de Sabará, onde os escravos já tinham baixado o leito do rio em mais de 70 palmos, o muro lateral veio abaixo, soterrando “de terra e pedras” 13 escravos do capitão-mor Custódio da Silva Serra, sem que se saiba o sexo deles.<sup>119</sup> Por ser trabalho mais duro e arriscado,

---

<sup>117</sup> Esse é o termo utilizado pelo tradutor para o português. Maço é um martelo de madeira usado pelos escultores. Para resolver a imprecisão do vocábulo escolhido, o texto deixa claro que se tratava de um instrumento de ferro.

<sup>118</sup> Auguste Saint Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1975), 114-115.

<sup>119</sup> Furtado, coord., *Erário Mineral*, 1, 461, 479.

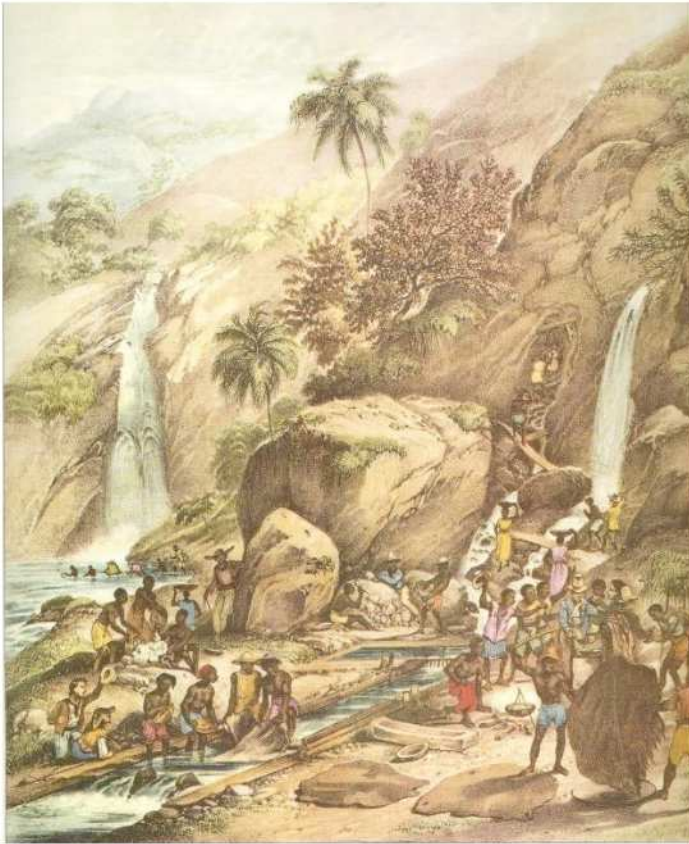
frequentemente, os homens escravos eram encarregados dessas tarefas, em detrimento das mulheres, que eram empregadas em quebrar pedras menores, em carregar os sedimentos, ou em batear.

Outro que destacou a divisão de trabalho entre os dois sexos foi o comerciante e viajante inglês John Mawe, que visitou Minas Gerais entre 1809 e 1810. Nas lavras de ouro da fazenda de nome Barro, distante 40 milhas da capital Vila Rica, percebeu que “os trabalhos mais penosos na extração do ouro são executados pelos negros e os mais fáceis, pelas negras. Dessa maneira, cabia aos primeiros abrir grandes valas no solo duro de argila e, no fundo, expor a rocha a céu aberto, que posteriormente seria quebrada e triturada para dela retirar o cascalho. Quanto às mulheres, essas carregavam esse cascalho “em gamelas, para ser lavado”.<sup>120</sup> Essa forma de dividir as tarefas por sexo, cabendo às mulheres o papel de carregar os sedimentos em seus carumbés pode ser visualizada nas Figuras 5 e 10. Elas ilustram a afirmação de Mawe, que afirma caber aos homens executar as tarefas extenuantes, que exigiam muita força física e também estavam mais sujeitas a acidentes e às mulheres as mais leves. Mas isso não significa que elas estivessem imunes a esses riscos. Do plantel de 19 escravos do minerador e capitão Alberto, que mineravam nas suas lavras situadas no Caminho Novo, constavam oito mulheres, destacando-se, entre elas, três aleijadas – Antônia mina, Clara crioula e Joana crioula –, provavelmente resultado de acidentes de trabalho.<sup>121</sup> Na *Representação ou perfil de um serviço e demonstração a seco*, segunda imagem da Figura 2, apenas uma das figuras carregando os *carumbés* na cabeça está vestida com uma camisa, sem apresentar o dorso nu, sugerindo se tratar de uma mulher, a blusa cobrindo-lhe os seios. Como na Figura 9, não há divisão por sexo dessa tarefa, mas a única mulher retratada está ali empregada. O desmonte do morro, por sua vez, muito mais duro e arriscado é claramente realizado apenas por quatro escravos homens, que portam os instrumentos necessários, como um machado e uma alavanca.

---

<sup>120</sup> John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1978), 133-134.

<sup>121</sup> Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*, 197.



**Figura 10:** *Lavagem do mineral ouro perto da montanha do Itacolomi*,  
Johann Moritz Rugendas, c. 1821-1825

A aquarela *Lavagem do mineral ouro perto da montanha do Itacolomi* (Figura 10), bastante conhecida, é de autoria do prussiano Johann Moritz Rugendas, que viajou pelo Brasil entre 1821 e 1825, inicialmente integrando a expedição russa, organizada e chefiada pelo barão Georg Heinrich von Langsdorff. A despeito do título indicar esse morro, situado nas proximidades de Vila Rica, como o local onde a cena se desenrola, trata-se claramente uma imagem compósita que reúne várias das técnicas empregadas na mineração à época, tanto na de rio quanto na de morro. Vila Rica era a capital de Minas Gerais, e seu povoamento deveu-se às ricas jazidas de ouro situadas no seu entorno. Apesar da cena ocorrer numa lavra aurífera, muitas das técnicas ilustradas são as mesmas empregadas nas dos diamantes. Luís Gomes Ferreira assim descreve o modo como trabalhavam os escravos da mineração:

Uns habitam dentro da água, como são os mineiros que mineram nas partes baixas da terra e veios dela, outros feitos toupeiras, minerando por baixo da terra, uns em altura, de fundo, cinquenta, oitenta e mais de cem palmos,



outros pelo comprimento em estradas subterrâneas muitos mais, que muitas vezes chegam a seiscentos e a setecentos; lá trabalham, lá comem e lá dormem muitas vezes.<sup>122</sup>

Observa-se que a Figura 10 funde várias dessas situações e retrata as diversas formas de ocorrência do mineral, as diferentes técnicas de exploração e a mão de obra empregada. No fundo à esquerda, escravos (ou escravas?) imersos na água retiram sedimentos do aluvião do rio, que depois será bateado para separar o ouro da terra. À direita, à meia altura do morro, observa-se um furo, e, abaixo dele, escravos homens quebram algumas pedras de médio porte que foram retiradas do seu interior, enquanto exploravam o veio. Ao lado, observa-se uma queda d'água, que é canalizada para uma canoa, aberta na parte plana do terreno, onde escravos prospectam ouro, ou por meio de bateias para retirar as pepitas maiores, ou mergulhando um couro de boi. À direita, dois escravos batem um desses couros, que há pouco estava na canoa, para dele retirar as pedras muito diminutas e o ouro em pó, técnica empregada no Quiteve. Todas as escravas retratadas estão realizando a mesma tarefa e carregam nas suas cabeças seus carumbés, transportando os sedimentos das áreas de extração (rio e furo) para a canoa onde será lavado. Como em outras imagens analisadas, seu papel se restringe a um serviço mais leve e que, nesse caso, não exige habilidades específicas. Todas usam vestidos de algodão grosso, o pano da costa, que ocultam os seios; enquanto os homens vestem apenas calções, o que dificulta os extravios e facilita a vigilância dos feitores.



Figura 11: *Vila Rica*, Johann Moritz Rugendas, c. 1821-1825

<sup>122</sup> Furtado, coord., *Erário Mineral*, 1, 229-230.

A imagem intitulada *Vila Rica* (Figura 11), pouco explorada no sentido de observar a presença feminina na mineração, também é de autoria de Rugendas. Ao contrário da Figura 10, essa parece ter retratado uma cena real, que se desenrola nas proximidades da vila capital. Nela, observa-se a presença de 3 mulheres entre os escravos empregados nas diferentes etapas da faina mineral. Suas figuras pouco se diferenciam das dos homens, a não ser pelos seios à mostra e pelo uso de saias coloridas (verde, azul e rosa), sendo que os homens vestem calções, a maioria de cor amarela. Todas têm os cabelos curtos, os dorsos nus e os pés descalços, como os escravos homens retratados. Essa escassez de roupas e adereços contrasta com a aparência dos feitores, bem melhor vestidos, portando casacas, lenços, sapatos e chapéus, que vigiam atentamente o trabalho do(a)s cativo(a)s.

A cena retrata a exploração das jazidas auríferas depositadas nas camadas superiores dos morros, observando-se, à esquerda, o entulho de terra resultante do desmonte de um deles, para expor o veio aurífero a céu aberto. Ainda que o talho aberto não apareça na imagem, essa técnica exigia enorme esforço físico para remover o sedimento que se acumulava acima do veio. O entulho resultante pode ser observado à esquerda da imagem, onde se veem enormes blocos de pedras e grande quantidade de terra. Mulheres escravas não são retratadas nessa atividade, aparecendo nas etapas menos pesadas que se seguiam ao desmonte. Duas delas estão posicionadas em meio à cena e esvaziam o conteúdo de seus carumbés, carregados do sedimento que trouxeram para ser lavado. Mais à direita, outra escrava, de costas, emprega-se no processo de batear o cascalho. Um pouco encurvada, gira sua bateia, que há pouco fora submersa na água que drena do bicame. Seus movimentos circulares e uniformes irão derramar, por força centrífuga, essa água, deixando o ouro, mais pesado, acumulado no fundo abaulado da bateia. A primeira tarefa reservada às mulheres, de carregar os sedimentos, exige menos força física que o desmonte do morro e, a segunda, bateá-los, requer habilidade para encontrar o metal. Essa é uma novidade em relação às imagens anteriores, onde esse papel, ao contrário da tradição africana, aparece associado aos homens. Porém sabe-se que, como apontado por Dapper, eram elas que possuíam experiência e maior destreza para apurar o metal. Na África, nas minas mandingas do Mali, lavar o ouro era tarefa feminina e, no Baoulé, no início do século XX, ainda vicejava esse tipo de divisão sexual do trabalho, os homens cavando as minas e as mulheres bateando.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> Cline, *Mining and metallurgy in Negro Africa*, 14.

Apesar de pouco salientado nos textos de época, a percepção dos senhores que as escravas mulheres eram mais habilidosas para encontrar o ouro, lavando os sedimentos empregando a bateia, conforme apontavam os mineradores mais antigos, foi mais longeva do que se pode esperar, ainda que os indícios dessa preferência sejam raros na documentação. É o que atesta a aquarela *Scene at the Washing House of Congo Soco gold mine in Brasil*, de autoria do inglês Richard Skerret Hickson, produzida na década de 1830 (Figura 12). Nela é retratada a casa de lavagem da famosa mina subterrânea de ouro de Congo Soco, em atividade na capitania desde o século anterior e, “de todas essas minas, a mais importante”. Enquanto os sedimentos mais pobres, onde era mais difícil de apurar o ouro, eram lavados, empregando couros e flanelas, nas canoas de origem africana, os mais ricos eram levados “ao lavadouro para serem submetidos a um último tratamento na bateia”.<sup>124</sup> A cena ilustra a Casa de Lavagem, onde esse processo está sendo levado a cabo por cinco mulheres negras escravas, que se revezam, nas três mesas de lavagem, em batear o cascalho retirado da mina. Como esperado, os escravos homens se ocupam do trabalho pesado, como o carregamento do caixão, contendo o ouro por elas apurado. As Figuras 11 e 12 revelam que às mulheres cabia o trabalho especializado de lavar o minério e encontrar o ouro.



**Figura 12:** *Scene at the Washing House of Congo Soco gold mine in Brasil*, Richard Skerret Hickson, c. 1830-1840

### Negras forras mineradoras

Na extrema direita da *Lavagem do mineral ouro perto da montanha do Itacolomi* (Figura 10) é retratada a distribuição de cachaça para os escravos, bebida de baixa qualidade e alto teor alcoólico, resultado da fermentação do bagaço de

<sup>124</sup> Paul Ferrand, *O ouro em Minas Gerais* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998), 164-165.

cana, que era parte da alimentação cotidiana nos serviços minerais de forma que os escravos mal alimentados, mal vestidos, permanecendo muitas horas imersos em água ou no subsolo, aguentassem as extenuantes jornadas de trabalho.<sup>125</sup> Apesar da imagem não apresentar uma mulher associada a essa distribuição de bebida, sabe-se que, apesar de ser atividade continuamente reprimida pelas autoridades, por ser causa frequente de extravios e de contrabando, a venda de bebidas e comestíveis junto aos serviços minerais era realizada principalmente pelas escravas, que eram chamadas de “negras de tabuleiro”.<sup>126</sup> Revelador dessa atividade é que, depois de mencionar as faiscedoras, o secretário de estado de Minas Gerais advertiu o rei que “andam vendendo as negras coisas comestíveis em tabuleiros, (...) avizinhandose por mais que impiedade das lavras de ouro, para tirarem assim, com suas vendagens como com seus corpos, os jornais aos negros”.<sup>127</sup> Era como muitas delas acumularam pecúlio, podendo, por vezes, comprar sua alforria. Uma vez livres, essas negras forras (Figura 13) voltavam à lide mineradora, não mais como escravas, mas sim como proprietárias de lavras. E algumas chegaram a enriquecer!

Parte das mulheres forras, negras ou mulatas, africanas ou crioulas, adquiria lavras minerais, como atesta o recenseamento de Vila Rica, em 1804, onde aparecem 35 mineradoras, entre elas, Rosa da Conceição, preta mina, que residia no Distrito do Alto da Cruz; e Joana Teixeira, parda, moradora do morro da Queimada, que empregava três escravos, sendo duas mulheres, Anna, de dez anos, e Custódia de nove.<sup>128</sup> Nas proximidades da vila de Sabará, no arraial de São Vicente, Maria da Costa, uma negra mina, tinha duas datas, uma chamava-se Cata Grande e a outra ficava “na paragem chamada de o Passatempo, neste distrito, com seu rego de água”. Nelas empregava parte dos sete escravos que, quando de sua morte, deixou para seus herdeiros.<sup>129</sup> Já Rosa de Azevedo, moradora do arraial de Pompéu, possuía no entorno desse arraial várias terras de mineração, além de algumas datas localizadas na vila de Sabará, onde empregava 30 escravos na sua exploração. Entre eles, havia

---

<sup>125</sup> Valquíria Ferreira da Silva, *Cachaça mineira: produção e consumo de aguardente no século XVIII* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2019); Junia Ferreira Furtado, “Milho, Feijão, angu e canjica; couve não? Ou o que comiam (ou não) os escravos da mineração”, em *História e Alimentação (Brasil séculos XVI-XXI)*, coord. Leila Mezan Algranti e Sidiana da C. F. de Macêdo (Belém: Editora Paka-Tatu, 2020), 442-467.

<sup>126</sup> Figueiredo, *O avesso da memória*, 41-71. Esse livro esmiúça, de forma pioneira, o papel das negras de tabuleiro na capitania.

<sup>127</sup> “Representação do secretário das Minas”, 218.

<sup>128</sup> Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais*, 140, 194.

<sup>129</sup> MO, CBG, CSO I (28) 237, Inventário de Maria da Costa, Cf. Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 208.

um ferreiro com sua fornalha, capaz de produzir as ferramentas necessárias para as diversas etapas do processo mineral. No total, possuía 12 almocrafes, três alavancas e 20 bateias, o que não era pouco e revela que a exploração era realizada de forma intensiva.<sup>150</sup>

Em seu livro *Pluto Brasiliensis*, Eschwege apresenta, para o ano de 1814, uma “Relação de todas as lavras de ouro de cada distrito da Província de Minas Gerais, incluindo o nome de seus proprietários”. Nela, aparecem listadas 57 mulheres mineradoras. Excluindo 37 delas aos quais se refere como donas, designativo de distinção exclusivo das mulheres brancas, restam 20 que, certamente, são forras, representando 35,1% das mulheres. Entre elas estão Ana Antônia de Jesus (6), que tinha um serviço de rio, localizado no distrito de Capanema, em Vila Rica, tocado por 8 escravos, e Maria da Rocha (16) cujas lavras localizavam-se num dos morros de Raposos, onde empregava sete escravos, que produziram 50 oitavas.<sup>151</sup>

O Quadro IV revela o tipo e a localização das lavras, o número de empregados e faiscadores livres e escravos, e a produção em oitavas das 20 unidades pertencentes às mulheres de cor. No ano de 1814, apenas duas não estavam em funcionamento, a de Romana Teresa (1), na freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica, e a da Serrinha, de Maria Rita (10), localizada em Minas Novas, mas que ainda apresentava um plantel de quatro escravas. Quanto ao tipo de afloração mineral e sua forma de extração, figuram tanto lavras situadas em morros, quanto nos rios e em suas margens, que apresentavam diferentes graus de produtividade. Em relação ao número de escravos minerando nas lavras em funcionamento, apenas a de Ana Francisca da Conceição (2), situada no morro de São Sebastião em Vila Rica não apresenta cativo algum, sendo totalmente explorada por trabalhadores livres, indício certamente da baixa capitalização da proprietária, o que a levou a explorar o ouro num sistema de parceria. Sua lavra, de fato, não era muito rentável, produzindo apenas 15 oitavas, apesar dos 31 trabalhadores livres ali empregados. No mesmo morro, Teresa Xavier da Silva (8) partilhava a exploração da sua mina com 43 trabalhadores livres, mas, ao contrário da de Ana Francisca, eles produziram a expressiva quantia de 383 oitavas de ouro. Essa rentabilidade permitiu que adquirisse 6 escravos, cuja produção totalizou 20 ½ oitavas.

---

<sup>150</sup> MO, CBG, Livro de Notas, 14/10/1772, 47, Cf. Kathleen J. Higgins, “*Licentious liberty*” in *a Brazilian Gold-mining region* (Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1999), 54-55.

<sup>151</sup> Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 2, 20-49.



**Quadro IV**  
**Lavras de mulheres mineradoras de cor na capitania de Minas Gerais (1814)**

Nº	Localização	Nome ou tipo	Situação	Empregados		Faiscadores		Produção/ oitavas
				Escravos	Livres	Escravos	Livres	
1	Vila Rica	Morro de São Sebastião	funciona	-	31	-	-	15
2	Vila Rica	Antônio Dias	parada	-	-	-	-	-
3	Vila Rica - São Bartolomeu	Córrego	funciona	3	-	-	-	8
4	Vila Rica - São Bartolomeu	Córrego	funciona	1	-	-	-	7
5	Vila Rica - São Bartolomeu	Córrego	funciona	1	-	-	16	6
6	Vila Rica - São Bartolomeu	Capanema - de rio	funciona	8	-	-	-	93 ½
7	Vila Rica - São Bartolomeu	Capanema - de rio	funciona	12	-	-	-	40 1/3
8	Vila Rica - São Bartolomeu	Capanema - Margem de rio	funciona	6	43	-	-	20 ½ + 383*
9	Catas Altas	-	funciona	9	-	-	-	45 3/4
10	Minas Novas	Serrinha	parada	4	-	-	-	-
11	Caeté	Cuiabé	funciona	11	-	-	-	8
12	Caeté	Mombaca	funciona	16	-	-	-	152 ½
13	Caeté	Tabuleiro	funciona	6	-	-	-	53 3/4
14	Vila Nova da Rainha	Tambor	funciona	40	-	-	-	75 3/4
15	Vila Nova da Rainha	Herdeiro	funciona	5	-	-	-	8
16	Raposos	de morro	funciona	7	-	-	-	50
17	Sabará - Curral del Rei	Mutuca	funciona	2	-	-	-	18
18	Sabará - Curral del Rei	Rio Parapeba	funciona	4	3	-	-	50 ½
19	São João del Rei	Monjolo	funciona	4	-	53	-	31 + 4.859*
20	Campanha da Princesa - Airuoca	de rio	funciona	3	-	-	-	21
total	-	-	-	142	77	53	194	5967 6/16

Fonte: Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 2, 20-49. \* Produção de empregados livres ou faiscaidores.



Rita Alves (5) partilhava suas lavras, também ali situadas, onde empregava um escravo, com 16 faiscadores livres. Esse sistema misto, revela tanto a “diversificação das técnicas adaptadas a cada situação (nos ribeiros, tabuleiros, grupiaras), bem como as relações de trabalho dos exploradores locais, as quais envolviam senhores de escravos, homens livres ou libertos pobres e escravos”.<sup>152</sup> Nesse aspecto, destaca-se a lavra do Monjolo, de Josefa Gonçalves Torres (19), que reunia quatro escravos seus, 177 faiscadores livres e 53 faiscadores escravos. Enquanto sua produção própria foi de 31 oitavas, a dos faiscadores alcançou a impressionante cifra de 4.889 oitavas, ela se beneficiando e se enriquecendo ao conjugar os dois sistemas.

A lavra de Ana, filha do negro mina José, é ilustrativa de como funcionava o sistema de arrendamento de lavras em parceria. Ela comprara metade dos “cercos de mineração deixados pelo falecido Ventura Alves da Costa no morro de Santo Antônio, em Passagem, povoação do termo de Mariana”. Esses cercos eram “todos formados sobre laje, com paredes de pedra que não contém em si outra utilidade mais que as areias que as águas carregam das lavras do capitão Leonel de Abreu Lima”. Ou seja, suas próprias lavras já estavam esgotadas, mas isso não impedia a mineração no local, valendo-se dos resíduos sedimentares vindos das minas do capitão. Para “aproveitar algum ouro que vem com as ditas areias, trabalha [...] com seus escravos desviando-lhe as pedras e mexendo as areias, de que só poderá ficar algum ouro apurando-o depois em couros”,<sup>153</sup> empregando o método das canoas, em uso no Quiteve.

O plantel ou posse média dessas mulheres é de 7,1 escravos, número relativamente expressivo, revelando que possuíam razoável capital, que lhes permitiu adquirir suas lavras auríferas e comprar escravos para explorá-las.<sup>154</sup> Entre elas, destaca-se Luisa Pereira (14), que possuía a lavra do Tambor, em Vila Nova da Rainha, onde empregava 40 escravos, mas que, naquele ano, não garantiam elevada produção, totalizando apenas 75  $\frac{3}{4}$  oitavas. Sua mina já se encontrava quase esgotada ou teria ocorrido algum grave acidente?

<sup>152</sup> Francisco Eduardo de Andrade e Dejanira F. de Rezende, “Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII”, *Revista de História*, 168 (Janeiro-Junho 2013): 394.

<sup>153</sup> AHCSM, Códice 275, Auto 6764, Ação cível, 2º ofício, 1767, Cf. 405-406. Andrade e Rezende, “Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII”, 382-413.

<sup>154</sup> Os plantéis médios em Minas Gerais têm oscilado entre 3 e 5 ou 7.

Os dados apresentados revelam que a rentabilidade de cada unidade não era resultado apenas do tamanho do plantel, pois a riqueza ou pobreza natural da lavra influía na produtividade da mesma. É o que se observa quando se compara duas lavras, ambas situadas em Caeté. Mombaça (uma referência ao local de origem da proprietária<sup>2</sup>), que Maria Antônia (12) explorava com o filho, onde mineravam 16 escravos, produziu 152 ½ oitavas de ouro, e Cuiabé, de Eugênia dos Santos, apesar de explorada por 11 escravos, produziu apenas 8 oitavas. A localização das mesmas parece ter sido determinante nesta diferença, pois enquanto a primeira ficava no ribeirão de Santa Bárbara, a segunda se situava na área urbana da vila, no distrito de Cuiabá. Plantel reduzido e mina relativamente rica parecem se conjugar no caso de Ana da Conceição (17), cuja lavra da Mutuca, no Curral del Rei, explorada por 2 escravos, produziu 18 oitavas.



**Figura 13:** *Negras forras no Tejuco*, Carlos Julião, 1776

Como Maria Antônia (12), que explorava a sua mina com o filho, nem sempre essas mulheres forras desempenhavam a atividade mineral de forma solitária. Nos arredores da vizinha Vila do Carmo, em 1742, Rosa da Silva Torres, negra forra, coura de nação, e seu marido, também preto forro, deixou três lavras de ouro, sendo “um serviço de mina com escadas, [e] alguns buracos no morro de Santana”, um dos que contornavam a urbe (técnicas podem ser vistas nas Figuras 2 e 8), que comprara de Damião de Oliveira. Para explora-

las, possuía “três barris de despejar terra dos buracos com suas asas de ferro e três cascos de barris com seus arcos de ferro”, três alavancas pequenas para quebrar pedras menores e uma maior para desbarrancar, cinco marrões ou martelos pequenos para quebrar pedras, “uma broca, cunhas e um soquete, dois almocrafes, quatro enxadas, um picão e um ‘carro de mão de tirar terra da mina’”. O casal era proprietário de 11 escravos que empregava nas suas lavras e numa roça que possuíam nas proximidades do pico do Itacolomi.<sup>155</sup> Outro casal de africanos forros que explorava lavras de ouro foi Maria e Alexandre Correia, moradores no arraial de São João del Rei. Suas “terras minerais” ficavam numa “lavra chamada a Tabatinga, que compreendem o ribeirão que passa por esta vila desde a estrada”, onde possuíam “casas de capim e um tanque”, onde se armazenava a água a ser usada na lavagem do sedimento. Para explorá-las utilizavam as ferramentas apropriadas, utilizadas por seus escravos, sendo duas mulheres minas e 10 homens, quatro deles também minas.<sup>156</sup>

No caso do ouro, as mulheres de cor forras, como as já referidas, tiveram livre acesso às lavras, desde que possuíssem pecúlio suficiente para arrematá-las, pois as mesmas eram arrendadas diretamente aos proprietários. De modo diverso, a mineração diamantina só foi livre até 1734, tornando-se, entre 1739 e 1771, monopólio dos Contratadores e, depois de 1772, da Real Extração dos Diamantes. Assim, depois de 1739, os mineradores, entre eles as forras, participaram apenas indiretamente dessa atividade, alugando seu(ua) cativo(a)s, primeiro aos contratadores e, em seguida, para a companhia régia. Direta ou indiretamente envolvidas na mineração, várias mulheres libertas acumularam certa riqueza e inclusive prestígio social.

É o caso de Jacinta da Siqueira, umas das primeiras moradoras da região, que viveu na Vila do Príncipe, sede da comarca do Serro do Frio, onde os diamantes foram encontrados, e ali morreu, em abril de 1751, tendo grande parte de sua existência ligada à exploração mineral. Diferentemente da história oficial sobre a fundação dessa vila, que atribui a fundação aos bandeirantes Antônio Soares Ferreira, João Soares – pai e filho – e a Lucas de Freitas, no contexto de afirmação e organização da administração portuguesa nessa área, em janeiro de 1714, o antigo arraial do Ribeirão foi elevado à Vila do Príncipe. O Ouvidor, Luís Botelho de Queirós, mandou que

<sup>155</sup> Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), códice 63, auto 1426, 2º. Ofício, Inventário de Rosa da Silva Torres, 11-12. Cf. Mata Reis, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 155.

<sup>156</sup> Museu Regional de São João del Rei, Inventários, caixa 14, Inventário de Alexandre Correia, 31/03/1761, Cf. Paiva, “Bateias, carumbés, tabuleiros”, 200-201.

o pelourinho fosse erguido em um local de maior aglomeração populacional, que ficava distante apenas duas léguas do arraial do Tejuco. Mas, passado pouco tempo, o juiz Antônio Quaresma mudou-o para um novo sítio, desta feita mais longe do arraial, distando cerca de nove léguas, tudo “a instâncias de uma sua amiga negra, por nome Jacinta, existente ainda hoje, que vivia naquele sítio com lavras suas”. Nesse momento, ainda não haviam sido descobertos os diamantes e os rios entorno da vila produziam ouro, caso das lavras de sua propriedade. Em torno desse novo pelourinho a população se rearranjou e o núcleo urbano prosperou.

Apesar de analfabeta, ao longo de sua vida, Jacinta, uma negra mina, prosperou. Chegou a ser proprietária de 62 escravos, mas, no momento de sua morte, apenas 27 estavam vivos, parte se encontrava alugada para o contratador dos diamantes. Possuía ainda uma fazenda, uma rocinha, a casa onde morava e suas antigas lavras de ouro.<sup>157</sup> Chama a atenção os móveis que compunham sua casa e que denotam um ambiente de luxo, ao contrário da precariedade da vida que caracterizava as habitações da época. Possuía um catre (cama) de jacarandá torneado, com cortinado e uma colcha de seda, onde podia dormir confortavelmente entre lençóis e fronhas de linho. Para expressar sua devoção possuía dois oratórios e várias imagens de santos com coroas de ouro e prata. Sua mesa era posta com garfos e colheres de prata, louças da Índia, toalhas de mesa com guardanapos de renda e linho, onde podia receber seus convivas refinando-lhes o paladar com o fino chocolate derretido em sua chocolateira, acompanhado de pão de ló. O licor e os sucos eram servidos em suas garrafas e copos de cristal. Foi o acesso às lavras minerais de ouro e diamantes, as primeiras de sua propriedade e as segundas, alugando seus escravos para sua exploração, que permitiu à negra Jacinta reunir entre as paredes de sua casa todos os objetos que permitiam sua inserção na cultura branca portuguesa, assumindo seus hábitos e portandose como uma dona. O domínio sobre essa cultura material a distanciava do mundo da senzala onde vivera.<sup>158</sup>

Outra que desfrutou a opulência trazida pelos diamantes foi a ex-escrava Francisca da Silva, a famosa Chica da Silva, uma parda, filha de uma negra mina, Maria da Costa, que, durante sua vida, chegou a possuir mais de 104 escravos. Enquanto compartilhou o leito do contratador dos diamantes, o

---

<sup>157</sup> “História da Vila do Príncipe e do modo de lavar os diamantes e de extrair o cascalho. Documento 129”, em *Código Costa Matoso*, 1, 847.

<sup>158</sup> Junia Ferreira Furtado, “Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino”, em *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, coord. Junia Ferreira Furtado (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001), 87-90.

desembargador João Fernandes de Oliveira, pôde alugar parte de sua vasta escravaria nas atividades minerais monopolizada por ele e seu pai.<sup>139</sup> Mas nem a partida deste para o reino e a decretação do monopólio régio, a partir de 1772, a privaram dessa atividade e das riquezas dela oriunda. Então, ela e seus filhos passaram a alugar seus escravos para a Real Extração, continuando a usufruir de seus jornais. Dos 590 escravos alugados pela companhia em junho de 1781, Chica forneceu 16, quantia não desprezível, principalmente quando comparada aos demais proprietários que, nesse ano, alugaram na maioria de um a dois cativos.<sup>140</sup> Mas ela não estava só; ainda que em minoria, junto com ela, são registradas várias negras forras proprietárias, como Ana Maria de Jesus, Maria do Ó, Rosa da Silva, Maria Carvalha e Quitéria, às quais o escrivão da Real Extração acrescentou o designativo “preta” ou “preta forra”, a indicar sua origem africana.<sup>141</sup>

Mulheres escravas, fossem africanas, crioulas, pardas, ou cabras, foram empregadas na mineração, atividade que já desempenhavam na África, principalmente no aluvião dos rios, contribuindo para transplantar algumas das técnicas de exploração já utilizadas na Costa do Ouro e no Monomotapa, no alvorecer do século XVIII. O acesso à faiscação permitiu que parte dessas escravas comprasse sua liberdade, valendo-se, conforme se expressam, de *sua agência e trabalho*. Uma vez alcançada a alforria, muitas delas tornaram-se mineradoras, adquirindo lavras e escravos, ou continuaram vivendo da faiscação. No caso da extração diamantina, seus cativos eram alugados aos contratadores, ou posteriormente à Real Extração. Com isso, não só se afastaram do mundo do trabalho, como algumas chegaram a acumular muitos bens. Os interiores das casas das forras Rosa de Azevedo, de Jacinta da Siqueira e de Chica da Silva são espelhos da opulência que algumas forras chegaram a alcançar em parte fruto do seu engajamento na mineração aurífera e diamantífera.

---

<sup>139</sup> Furtado, *Chica da Silva*, 147-148, 150.

<sup>140</sup> Princeton University (PU), Firestone Library, Rare Books (FLRB), “Diamond Codex”, f.7v.

<sup>141</sup> PU, FLRB, “Diamond Codex”, f.2v-sv.

**Title:** Slave and Freed Women in Mining, 18th-Century Brazil

**Abstract:** This article highlights the important presence of slave women in the golden and diamond mining in the captaincy of Minas Gerais, Brazil, between the 1680s, when gold was discovered in the region, and 1822, when Brazil's became independent. To do so, it uses primary document sources and iconographic documentation from the 18th and 19th centuries. Many slave women worked in the Brazilian golden and diamond mines; in the early 18th century especially a group already accustomed to the exploitation of gold in Africa, those from the Costa da Mina, known in the captaincy as "Mina" slaves. Slave women were essential in several stages of the mineral exploration process: they were present and were fundamental for the recognition of the most favorable locations for the appearance of gold, for the mastery of alluvial exploration techniques in the riverbed, as well as for the use of the appropriate tool, being co-responsible for transmigration of African mining technology that was widely used in mineral exploration. Many freedwomen continued to be involved in the golden and diamond rushes and were able to amass some properties.

**Keywords:** women, mining, Minas Gerais, mina women slaves

**Título:** Mujeres esclavas y libres en la minería en Brasil, siglo XVIII

**Resumen:** Este artículo examina la presencia de mujeres esclavas en la extracción de oro y diamantes en la capitania de Minas Gerais, Brasil, entre la década de 1680, cuando se descubrió oro en la región, y 1822, año de la independencia de Brasil. Utiliza documentación manuscrita e iconográfica de los siglos XVIII y XIX. Las mujeres africanas esclavas de distintos orígenes que llegaron a las minas se dedicaron a la exploración de oro y diamantes: en los primeros tiempos se destacaron las que provenían de la región de Costa da Mina, conocidas como esclavas "mina", ya acostumbradas a la minería en África. Las esclavas fueron esenciales en varias etapas del proceso de exploración minera: estuvieron presentes y fueron importantes para el reconocimiento de los lugares más propicios para la aparición del oro, para el dominio de las técnicas de exploración aluvial en el lecho del río y para el uso de instrumentos apropiados, siendo corresponsables de la trans migración de la tecnología minera africana que se utilizaba ampliamente en la exploración minera. Muchas mujeres libres siguieron participando en la minería e incluso lograron reunir cierto peculio.

**Palabras clave:** mujeres, minería, Minas Gerais, esclavas mina



